

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
GESTÃO EDUCACIONAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO
EDUCACIONAL

Everton Luís de Lima Guterres

**POLÍTICA PÚBLICA DE FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR EM
TEMPO DE CRISE: ESTRATÉGIAS DE GESTÃO EM UMA INSTITUIÇÃO
PARTICULAR.**

Santa Maria, RS
2019

Everton Luís de Lima Guterres

**POLÍTICA PÚBLICA DE FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR EM TEMPO DE
CRISE: ESTRATÉGIAS DE GESTÃO EM UMA INSTITUIÇÃO PARTICULAR.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Área de Concentração em Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

Orientadora: Adriana Moreira da Rocha Veiga, Prof.^a Dr.^a

Santa Maria, RS
2019

Everton Luís de Lima Guterres

**POLÍTICA PÚBLICA DE FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR EM TEMPO DE
CRISE: ESTRATÉGIAS DE GESTÃO EM UMA INSTITUIÇÃO PARTICULAR.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

Aprovado em 25 de julho de 2019.



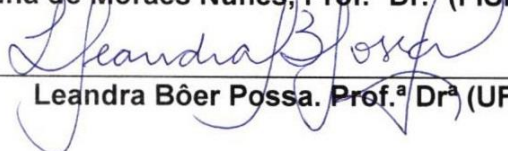
Adriana Moreira da Rocha Veiga, Prof.^a Dr.^a (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



Liliane Gontan Timm Della Mèa, Prof.^a Dr.^a (UFSM)



Cristina de Moraes Nunes, Prof.^a Dr.^a (FISMA/FAPAS)



Leandra Bôer Possa, Prof.^a Dr.^a (UFSM)

Santa Maria, RS
2019

RESUMO

POLÍTICA PÚBLICA DE FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR EM TEMPO DE CRISE: ESTRATÉGIAS DE GESTÃO EM UMA INSTITUIÇÃO PARTICULAR.

AUTOR: Everton Luís de Lima Guterres
ORIENTADORA: Adriana Moreira da Rocha Veiga

O presente trabalho, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em políticas públicas e gestão educacional – PPPG, busca compreender o fundo de financiamento estudantil (FIES) e seu impacto em uma instituição privada do interior do Rio grande do Sul, cabendo lembrar que o FIES é uma política pública de financiamento voltada para o ensino superior privado. A falta ou redução dessa política implica diretamente nos índices institucionais, dentre eles, o número de alunos e o fluxo financeiro da instituição. Como recorte temporal para a pesquisa, foi utilizado o período de 2012 á 2018. A escolha se justifica pelo grande número de contratos dessa época, bem como as mudanças que ocorreram ao longo desse período, aliada à crise política e econômica vivenciada no país. Tais aspectos ratificaram a importância dessa pesquisa para apontamentos sobre o impacto que a política exerceu dentro da instituição de ensino superior privada, como será demonstrado no que pensam os gestores educacionais bem como o uso de estratégias os mesmos utilizaram, tanto no período de grande crescente do programa, quanto em seu declínio. Com a análise dos resultados obtidos na pesquisa foi desenhado um plano de intervenção para otimizar os processos decisórios que incidam sobre a evasão dos acadêmicos ao longo do período que os mesmos irão passar na instituição. Os resultados encontrados na pesquisa apontaram para o declínio no número de estudantes e, conseqüentemente, de contratos de financiamento, desafiando os gestores a desenvolverem estratégias para a garantia de resultados que mantenham a sustentabilidade da Instituição.

Palavras Chave: Políticas Públicas. Fundo de Financiamento Estudantil. Gestores Educacionais.

ABSTRACT

PUBLIC POLITICAL OF FINANCING OF HIGHER EDUCATION IN TIME OF CRISIS: MANAGEMENT OF STRATEGIES IN A PARTICULAR INSTITUTION

AUTHOR: Everton Luís de Lima Guterres
ADVISOR: Adriana Moreira da Rocha Veiga

This dissertation demonstrates the student financing fund (FIES) and its impact on a private institution in the interior of Rio Grande do Sul, and it should be remembered that FIES is a public financing policy focused on private higher education. The lack or reduction of this policy implies directly in the institutional rates, among them, the number of students and the financial flow of the institution. As a temporal cut for the research, the period from 2012 to 2018 was used. The choice is justified by the large number of contracts of that time, as well as the changes that occurred during this period, allied to the political and economic crisis experienced in that period. These aspects reaffirmed the importance of this research for notes on the impact that policy exerted within the institution of private higher education, as will be demonstrated in what educational managers think and what strategies they used, both during this period of great growth of the program, and its decline. With the analysis of the results obtained in the research, an intervention plan was designed to optimize the decision-making processes and also to avoid the evasion of the students during the period they will spend in the institution. The results found in this research pointed to the decline in the number of students and, consequently, in financing contracts, challenging managers to develop strategies to guarantee results that maintain the Institution's sustainability.

Keywords: Public Political. Student Financing Fund. Educational Managers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Instituições de Ensino Superior e Número de Matrículas.....	22
Figura 02 – Evolução dos contratos do FIES	27
Figura 03 – Processo metodológico da pesquisa.....	33
Figura 04 – Análise dos dados.....	38
Figura 05 – Faixa etária dos estudantes.....	43
Figura 06 – Classificação por sexo.....	44
Figura 07 – Tipo de escola do Ensino Médio.....	45
Figura 08 – Ano de conclusão do Ensino Médio.....	45
Figura 09 – Estado civil dos estudantes.....	46
Figura 10 – Quantidades de pessoas na residência.....	47
Figura 11 – Alunos por cidade.....	47
Figura 12 – Por renda familiar.....	48
Figura 13 – Percentual de Financiamento.....	49
Figura 14 – Número de alunos com FIES.....	50
Figura 15 – Número de alunos da graduação.....	51
Figura 16 – Alunos por benefício.....	52
Figura 17 – Benefícios por arrecadação.....	53
Figura 18 – Oscilação da Receita FIES.....	54
Figura 19 – Gestores por faixa etária.....	55
Figura 20 – Tempo de experiência no ensino superior... ..	56
Figura 21 – Formação acadêmica.....	57
Figura 22 – Importância do FIES.....	58
Figura 23 – Estratégias sem FIES.....	59

LISTA DE SIGLAS

ABMES.....	Associação Brasileira Das Mantenedoras Do Ensino Superior
ATD	Análise Textual Discursiva
BDTD	Biblioteca Digital De Teses E Dissertação
BM.....	Banco Mundial
CEF	Caixa Econômica Federal
CFT-E.....	Certificado Financeiro De Tesouro
CREDUC	Crédito Educativo
ENEM.....	Exame Nacional Do Ensino Médio
FASCLA	Faculdade Santa Clara
FIES	Fundo De Financiamento Do Ensino Superior
FISMA	Faculdade Integrada De Santa Maria
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBICIT	Instituto Brasileiro De Informação Em Ciência E Tecnologia
IES	Instituição De Ensino
LDB	Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional
MEC	Ministério Da Educação
NUACE.....	Núcleo De Acompanhamento E Controle De Evasão
OMC.....	Organização Mundial Do Comércio
PCE.....	Programa De Crédito Educativo
PNE.....	Plano Nacional De Educação
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
RS	Rio Grande Do Sul
SAE	Serviço De Atendimento Ao Estudante
SEDOC	Setor De Documentação
SRF	Secretaria Da Receita Federal
STN.....	Secretaria Do Tesouro Nacional
TCLE	Termo De Consentimento Livre Esclarecido
TCU.....	Tribunal De Contas Da União

APÊNDICE

Apêndice 1 – Questionário online – Google Forms	77
Apêndice 2 – Roteiro da entrevista individual	78
Apêndice 3 – Autorização Institucional	79
Apêndice 4 – Termo de confidencialidade	80
Apêndice 5 – Termo de Consentimento	81

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	APORTE TEÓRICO	15
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	15
2.2	FUNDO DE FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR – FIES	24
2.3	APONTAMENTOS DE ESTUDOS ATUAIS: O FIES COMO POLÍTICA PÚBLICA	29
3	CAMINHOS PERCORRIDOS NA PESQUISA	33
3.1	DESENHO DA PESQUISA.....	33
3.2	ANÁLISE E CRUZAMENTO DAS INFORMAÇÕES	37
3.3	CONTEXTO ESTUDADO	40
3.4	PARTICIPANTES DA PESQUISA	41
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	43
4.1	PERFIL DO INGRESSANTE COM FINANCIAMENTO PÚBLICO.....	43
4.2	QUANTITATIVO DE ESTUDANTE E A POLÍTICA PÚBLICA FIES.....	49
4.3	IMPACTO NA RECEITA COM A REDUÇÃO DAS VAGAS DO FIES.....	51
4.4	OS GESTORES ACADÊMICOS E SUAS PERSPECTIVAS	55
4.5	VISÃO DOS DIRETORES INSTITUCIONAIS.....	60
5	ESBOÇO DE UMA PROPOSTA DE NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DE EVASÃO – NUACE	66
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
	REFERÊNCIAS.....	70
	APÊNDICE.....	76

1 INTRODUÇÃO

Frente ao cenário contemporâneo e à ótica atual em que se vive, é inevitável não se refletir sobre os impactos que a crise política, econômica e financeira tem causado na população brasileira, desde inflação, alta nos juros, reforma tributária, entre outras. Dentre as instâncias mais afetadas pela crise supracitada, a educação superior é uma das mais atingidas, sofrendo impacto direto e ajustes orçamentários, afetando todas as instituições, tanto públicas que tem seu orçamento reduzido, como as privadas que sofrem com a diminuição das vagas de ingressos financiadas por políticas públicas.

A pesquisa proposta surge a partir da conjuntura atual, onde a educação está inserida e sofre impactos, devido à crise política e financeira do cotidiano. Este momento é de adequação nas instituições de ensino superior (IES) privadas, em um contexto educacional cumpre um papel de diminuir a lacuna dos candidatos que não conseguiram o acesso ao ensino público, seja por não ter nota satisfatória no ENEM, ou até mesmo por não ter vagas suficientes para a totalidade.

A crise na educação é gerada por diversas influências, tanto externas, por controle dos organismos mundiais, como internas, geradas e agravadas pela condução do governo numa perspectiva que se destoa do estado de bem-estar e de direitos para um Estado (Neo) liberal. A reformulação dos programas de acesso à educação superior trouxe nos últimos dois anos, barreiras que dificultaram o método de acesso e de permanência dos estudantes, afetando diretamente os processos de gestão das instituições de ensino superior privadas.

Neste estudo toma-se como contexto o financiamento das IES privadas com o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), uma política pública de financiamento por meio de crédito. Este, oferecendo taxas reduzidas e prazos dilatados para o pagamento dos encargos educacionais após a integralização do curso e ingresso no mundo do trabalho,

No entanto o FIES não é a única política pública de financiamento de acesso e permanência para o ensino superior privado, temos na atualidade, ainda o Prouni. Ao optar pela pesquisa a partir do FIES, se deu pelo impacto direto no fluxo de caixa das Instituições, o Prouni, apesar de ser uma política pública muito importante, que também

dá acesso ao ensino superior privado, não é revertido em moeda corrente, e sim em abatimento tributário, portanto não sendo foco principal desta pesquisa.

Cabe lembrar que o FIES foi criado em 1999 por meio da MP 1827, que foi sancionada pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, em 2001 por meio da lei nº 10.260, de 12 de Julho de 2001, em substituição ao Crédito Educativo para Estudantes Carentes (CREDUC). Este foi extinto em 1998, devido ao alto índice de inadimplência. Segundo Santos (2017), na primeira década de vigência (2000-2009), o FIES foi uma política pouco expressiva, formalizando cerca de 500 mil contratos.

Em 2010, essa política passou por uma nova reformulação por meio da Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foram alteradas as regras do financiamento, impondo algumas facilidades como: juros reduzidos, prazo de carência de 18 meses, parcelamento diferenciado, sem necessidade de fiador e não exigindo idoneidade cadastral para o estudante. Essas medidas alavancaram os resultados do FIES que, segundo Santos (2017), tiveram um aumento impressionante nos números, resultando em 2016 um montante de 1,9 milhão de estudantes (contratos ativos), 1.674 instituições de ensino superior (IES) participantes, 984 mantenedoras e um custo anual em torno de R\$ 20 bilhões.

Em 2015, diante de um cenário de retração econômica e de ajuste das contas públicas, foi ajustada uma série de medidas restritivas, reduzindo e obtendo um corte de 60% dos contratos em relação a 2014. Este fato abalou o setor, pois muitas Instituições aguardavam um número expressivo de contratos e diversos alunos contavam com o benefício.

Com a crescente da crise, em 2017, o governo de Michel Temer que assume a presidência depois de um *Impeachment* e com uma instabilidade política e econômica, instituiu-se medidas mais arrojadas ao FIES, dentre elas: teto máximo de financiamento de R\$ 5 mil de mensalidade e corte no número de contratos, se comparado ao efetivado no ano anterior, trouxe dificuldades aos estudantes que buscavam o programa, pela nova metodologia. Além disso, o FIES passou a não financiar mais a integralidade do curso, gerando novos desafios à sustentabilidade das Instituições, tendo em vista que o recurso financeiro era repassado em moeda corrente às mesmas.

Esses desafios, diante da reformulação do FIES, fizeram com que as instituições e seus gestores, aplicassem estratégias inovadoras e criativas, respeitando suas concepções e os interesses de mercado e também que se alinhassem dentro do seu planejamento estratégico, viabilizando alternativas que proporcionassem o ingresso e a permanência para os estudantes que não se enquadraram ou não foram contemplados pelo financiamento. As novas estratégias de gestão implicam em conhecer o perfil, a capacidade de pagamento e também as condições socioeconômicas de cada candidato.

Segundo Dias (2015), a gestão de cursos de graduação passa por um processo de reformulação no anseio de se promoverem melhores condições para o desenvolvimento da educação, bem como para o crescimento econômico e o desenvolvimento humano. Essas mudanças passam a figurar no processo como um todo, desde à criação de novas estratégias para o ingresso, até o oferecimento de alternativas que possibilitem tranquilidade aos alunos já em curso, assim promovendo o desenvolvimento da educação e reduzindo os índices de evasão.

Interesso-me por este tema em função da vivência com processos gerenciais e operacionais, que exerço como gestor administrativo educacional, há mais de dez anos trabalho em uma Instituição de Ensino Superior (IES) privada, no interior do Rio Grande do Sul, esta que foi impactada por essas mudanças do FIES e gerou diversas situações críticas neste período.

Desde 2013, atuando como gestor administrativo educacional da IES e coordenando o setor responsável pelo controle e gerenciamento das políticas públicas da Instituição, me possibilitou observar de perto todas as mudanças que geraram conflitos e desafios ao longo destes últimos anos o que reforça a escolha pela temática a ser pesquisada. Esta temática mostrou-se pertinente para a compreensão da problemática e para a busca de soluções estratégicas para o ingresso e a permanência dos estudantes beneficiários das políticas públicas de financiamento, visando auxiliar de maneira efetiva o processo decisório da instituição.

Diante do exposto, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: **Qual o impacto da redução das vagas do FIES e quais estratégias desenvolvidas pela**

gestão vêm mostrando-se eficazes na captação e na permanência de estudantes em uma IES privada no interior do RS?

Para responder à problemática desta pesquisa, o objetivo geral foi compreender o comportamento institucional em situações de crise e as estratégias desenvolvidas pela gestão diante dos cortes do FIES na captação e na permanência de estudantes em uma IES privada no interior do RS, tendo como objetivos específicos os seguintes itens:

- ⇒ Descrever o perfil do ingressante em uma IES privada que depende das políticas públicas de financiamento para a sua permanência;
- ⇒ Levantar o número de alunos ingressantes e o impacto na receita da instituição nos últimos seis (06) anos;
- ⇒ Elencar as alternativas adotadas pelos alunos para a sua permanência na IES, diante da crise do FIES;
- ⇒ Identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos gestores da IES e as estratégias utilizadas para captação e permanência dos estudantes nos períodos de redução do financiamento proposto pelas políticas públicas;
- ⇒ Propor bases conceituais e estratégicas para uma gestão empreendedora na otimização dos processos e dos resultados em tempos de crise e de restrição geradas pela redução dos aportes das políticas públicas de programas de financiamento da Educação Superior;
- ⇒ Desenhar um programa de captação, controle de evasão e permanência, na direção de uma “pós-venda”, acolhendo e orientando o estudante frente às possibilidades de financiamento ou bolsas de estudo, aportadas pelas políticas públicas de financiamento da Educação Superior.

Para a realização deste estudo de caso, utilizou-se o método misto, com técnicas quantitativas e qualitativas, a fim de compreender o pensamento dos gestores da IES privada, diante do processo vivido pela IES, com gradativos cortes do FIES. Justificou-se a escolha da temática pela importância de compartilhar estratégias empreendedoras no enfrentamento do novo cenário econômico da educação superior privada, para assim garantir a sustentabilidade a médio e longo prazos das IES privadas e da permanência dos estudantes no ensino superior. Além disso, este estudo poderá

fornecer subsídios aos gestores, a partir do mapeamento, ano a ano, do impacto real no acesso e na permanência estudantil e da reflexão de estratégias de enfrentamento frente ao cenário econômico atual.

Dados do Censo da Educação Superior de 2017 mostram que mais de 87% das Instituições de Ensino Superior Brasileiras são privadas. Essa realidade exige uma análise cuidadosa, pois demanda o acesso ao ensino superior a um significativo número de estudantes trabalhadores do Brasil. Segundo dados do governo, em 2017, foi registrado 8.286.663 matrículas e, deste total, 6.241.307 são em instituições privadas, representando mais de 75% do número total, matrículas estas que movimentam a economia, gerando empregabilidade, tanto em vagas administrativas, quanto docentes, mais que isso promovendo formação de novos profissionais para o mundo do trabalho brasileiro.

Toda a vivência e a participação no processo de crescimento e na gestão da instituição de ensino privada faz com que a análise do impacto da redução desta política pública ganhe peso e relevância, pois fará com que se desenvolva um olhar mais atento para a importância e a aplicabilidade do estudo, este é um aspecto que no trabalho científico exige cuidado, pois, como afirma Freire (1979), em “Educação e Mudança”, faz-se necessário o profissional afastar-se da realidade para olhá-la criticamente e, saindo dela, a ela voltar, transformando-a, transformando-se. Isto significa que a sua percepção e o seu conhecimento acerca da realidade em que está, se modificará, ampliando a sua visão e desenvolvendo-o profissionalmente.

Esta pesquisa está estruturada em três tópicos. O primeiro tópico aborda o aporte teórico, situando o contexto histórico das políticas públicas de financiamento da educação superior e as tendências dos estudos que vêm abordando o FIES neste contexto, bem como aprofundando de conceitos.

O segundo tópico apresenta os elementos e o delineamento da pesquisa, ou seja, o tipo de estudo e o percurso metodológico, o contexto da pesquisa, bem como a forma como os resultados serão analisados e apresentados. O terceiro tópico expõe a conclusão acerca dos dados obtidos.

2 APORTE TEÓRICO

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A política pública reflete diversos significados e normas específicas por transitar em diferentes áreas. A educação é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988, previsto em seu artigo 6º, exigindo do Estado prestações positivas que garantam acesso a todos nos diversos níveis da educação, com a implementação das políticas públicas educacionais.

Nesta dissertação de mestrado, a exposição e a delimitação da temática são alinhadas especificamente a Instituições Privadas¹ que, mesmo ofertando ensino superior pago, recebem auxílio governamental por meio da política pública de financiamento, o FIES.

O termo política, em sua totalidade expressiva, permite inúmeras interpretações e significados, de acordo com as diversas óticas, além de ser objeto de muitos estudos. Sendo assim, faz-se necessária a exposição do significado para esta dissertação. Segundo Dias e Matos (2012), a política pode ser vista como um conjunto de interações que visam atingir determinado objetivo. Para Bobbio (2000), política envolve a ideia de poder, ligado à posse dos meios para se obter vantagem de um homem sobre os outros. Na tipologia moderna, o termo poder pode ser classificado, segundo o mesmo autor como: poder econômico, poder ideológico e poder político, sendo que este último aquele no qual se tem a exclusividade para o uso da força; e essa força podendo vir a ser exclusivamente sobre um determinado grupo social, em determinado território.

Bobbio (2003) cita que o termo política estabelece uma relação de poder, o qual na tipologia clássica, encontrada na obra de Aristóteles, é o que se exerce na *pólis*, ou seja, dos governantes sobre os governados. Este, utilizando como critérios para caracterizar o exercício do poder, as “pessoas” - isto é, exercido sobre o bem comum

¹ Conforme a LDB nº 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, classifica em seu artigo 20, o enquadramento das Instituições Privadas de Ensino, categorizando-as em: Instituições particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas.

(*bonum commune*), em torno da comunidade e não de um bem pessoal de um indivíduo.

Nesse contexto, quando se fala em políticas públicas, estas podem ser definidas, no contexto atual, como forças que atendam às necessidades da coletividade ou de certo grupo de pessoas específicas. Correspondem às soluções específicas de como manejar os assuntos públicos e são as atividades que buscam, pela concentração institucional do poder, sanar os conflitos e estabilizar a sociedade pela ação da legalidade de programas que beneficiam a população. São, também, o processo de construção de uma ordem, permitindo a pacífica convivência entre pessoas diferentes, com interesses particulares e que buscam a felicidade para si, condição que lhes é assegurada (ou pelo menos deveria ser) pela ação política do Estado.

De maneira geral, a temática escolhida para este estudo é parte integradora e específica da política, pois, para o cenário contemporâneo, há correlação de forças de diversas ordens. Dias e Matos (2012) argumenta que as políticas públicas correspondem a soluções específicas de como manejar os assuntos públicos, visto que visam atingir determinado objetivo nas mais diversas áreas.

Segundo Barros (2014), tanto a política como as políticas públicas estão relacionadas ao poder social, pois são relevantes como estratégias para redução de injustiças sociais, dando condições e legitimando necessidades específicas da população. Pensamento este reforçado por Fleury (2008) ao afirmar que, “quando falamos de políticas públicas sociais, muitas vezes enfatizamos que deveriam cumprir (como reduzir pobreza e desigualdades) desconhecendo que muitas das políticas existentes não cumprem essa finalidade”.

Para Dias e Matos (2012, p. 12), as políticas “são ações compreendidas ou não pelos governos que deveriam estabelecer condições de equidade social, tendo por objetivo dar condições para que todos possam atingir uma melhoria de qualidade de vida compatível com a dignidade humana”. Assim, fica evidente, na definição acima, que o Governo tem o dever de proporcionar e de garantir que sejam atingidos os objetivos para os quais foi criado o Estado, ou seja, tornando possível que todos os cidadãos possam buscar seus objetivos, conforme o princípio da dignidade humana expresso no Art. 1º da Constituição Federal.

Chambouleyron (2001) afirma que o Brasil possui diferenças sociais marcantes e que, em algumas localidades, as desigualdades sociais caracterizam um verdadeiro *apartheid*. Cita ainda que a educação é fundamental para enfrentar problemas dessa natureza, uma vez que auxilia na criação de uma nova estrutura social, oportunizando melhores condições para o desenvolvimento pessoal de todos e das comunidades.

Quando se fala em política pública na educação superior, tanto na esfera pública quanto na privada, é inevitável não se refletir sobre como o processo evolutivo se deu, transições que impactam diretamente nos dias atuais, seja por influência de organismos mundiais, seja por manobras governamentais ligadas ao mercado geral.

Dentre os organismos multilaterais de financiamento, pode-se citar o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial e outros, organismos que têm grande influência e representatividade, pautando seu posicionamento nas regras do mercado. Chaves e Amaral (2015) menciona que, em todo o mundo, as instituições de educação superior foram afetadas por mudanças ocorridas na esfera do trabalho, bem como por adequações e reformas propostas por organismos multilaterais de financiamento, defendendo em suas políticas a redução de custos, o aumento da competitividade e a formação de recursos humanos mais produtivos.

Nessa ótica, pode-se verificar que a redução de custos para o Estado e o aumento da eficiência nos processos de gestão descentralizam o poder em áreas que podem ser produtivas com a parceria público-privada. Peroni (2006) aponta que o papel do Estado com as políticas sociais é alterado, pois, com esta manobra, duas são as prescrições: racionalizar recursos e esvaziar o poder das instituições, já que instituições democráticas são permeáveis às pressões e às demandas da população, além de serem consideradas como improdutivas pela lógica de mercado. Assim, a responsabilidade pela execução das políticas sociais deve ser repassada para a sociedade: para os neoliberais, através da privatização (mercado), e para a Terceira Via pelo público não-estatal (sem fins lucrativos).

Na mesma linha, Faria (2011, p. 99) expõe que, “em um estado que impera o ideário neoliberal, são contraditórias as formas de atuação do Estado, o que repercute na sua intervenção na sociedade por meio de políticas públicas”. Sendo assim, entende-se que a educação é de vital importância e que, em uma sociedade desigual e

diferente, no caso do Brasil, as políticas educacionais são suportes fundamentais para democratizar a estrutura ocupacional que se estabelece e a formação do cidadão.

Para Dourado (2011), a educação superior no Brasil é fortemente marcada por arranjos institucionais diversos, desde a sua institucionalização, permeada por embates, no que concerne a sua dimensão lógica e dinâmica organizativa. Isso acarreta uma implementação tardia da organização acadêmica por meio da criação das primeiras universidades na década de 1920.

Nesse processo de consolidação das Instituições de Ensino Superior, principalmente as privadas, cabe lembrar que, no período militar, após o golpe de estado de 1964, a parceria público-privada foi intensificada. Segundo Queiroz (2018), essa parceria consolidou condições objetivas para a intensificação da presença do ensino superior privado, como forma de descentralizar o poder do Estado diante da otimização e reorganização dos recursos.

Dentro desse contexto de governo neoliberal², pode-se perceber que, entre os anos 70 e 80, o cenário brasileiro apresentava duas tendências que se complementavam e outras vezes eram conflitantes. Essas eram baseadas nas medidas de ajuste estrutural e da implantação de reformas decorrentes da redemocratização. Assim, as políticas públicas mantiveram sempre o foco em grupos, recursos e benefícios, substituindo a política de acesso universal pela política de acesso seletivo, baseado na ideia de que:

O acesso universal faz com que os serviços sejam considerados direitos sociais e bens públicos. O acesso seletivo permite definir mais limitadamente e discriminar o receptor dos benefícios. [...] As políticas sociais do neoliberalismo, por sua vez, aproximam-se cada vez mais do perfil de políticas compensatórias, isto é, de políticas que supõem, como ambiente prévio e 'dado', um outro projeto de sociedade definido em um campo oposto ao da deliberação coletiva e de planificação. O novo modelo de sociedade é definido pelo universo das trocas, pela mão invisível do mercado. (MORAES, 2001, p. 66).

² O neoliberalismo “surgiu na década de 1970, através da Escola Monetarista do economista Milton Friedman, como uma solução para a crise que atingiu a economia mundial em 1973, provocada pelo aumento excessivo no preço do petróleo” (SADER; GENTILI, 2007).

Já os anos de 1980 foi fortemente marcado pela retomada do estado de direito e pela nova Constituição Federal em 1988. Quanto à educação superior, o texto constitucional confere às universidades diferentes estágios, registrando um movimento de contenção no processo de expansão privada da educação superior, porém tal dinâmica não foi capaz de coibir a lógica e a forte expansão do ensino superior privado no país (DOURADO, 2011).

Pode-se enfatizar também, que a Constituição Federal de 1988, no capítulo dos direitos e garantias individuais e sociais, estabelece prioridades e promoção à sociedade, como construção de uma sociedade livre, justa e solidária; garantia do desenvolvimento nacional; erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais; promoção do bem comum a todos, sem preconceitos de origem, raça, gênero, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Interpreta-se que, por meio das políticas públicas, os governos traduzem suas aspirações em programas e ações, as quais proporcionarão as mudanças e os possíveis resultados desejados. Sobre a Educação, o artigo 205, da Constituição Federal de 1988, afirma que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade” (BRASIL, 1988), sendo tratada como um princípio fundamental, ou seja, todas as pessoas têm o direito de acessá-la, sendo dever do Estado provê-la.

Conforme argumenta Lima (2007), as orientações dos “organismos internacionais do capital para a periferia do capitalismo” (LIMA, 2007, p. 65) tiveram como eixo norteador o reordenamento do papel do Estado e consolidariam, ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000, “um intenso processo de privatização dos serviços públicos, incluindo a educação, especialmente a educação superior” (LIMA, 2007, p. 66). Esse processo de privatização seria realizado a partir de dois eixos norteadores: a diferenciação das instituições de ensino superior e de seus cursos e a diversificação das fontes de financiamento da educação superior.

Santos Filho (2016) menciona que o crescimento do ensino superior privado, no Brasil, não é um fenômeno isolado, atemporal e desprovido de intervenção de organismos internacionais, já que as intervenções acerca desse nível vêm exercendo forte influência no processo de expansão do ensino superior privado.

O autor ainda refere que a visão defendida pela Organização Mundial do Comércio (OMC), ao propor a liberação do comércio de serviços educacionais, é no sentido de que o investimento público em educação deve se concentrar no ensino básico e que a outra fatia irá possibilitar grandes oportunidades para o setor privado. No Brasil, entretanto, observa-se que ocorre financiamento de instituições privado-mercantis de ensino superior, com recursos do fundo público, em especial, por meio de renúncia fiscal em favor dessas instituições, ou subsidiando juros em contratos de financiamento estudantil, dentre outras formas de utilização de recursos públicos em benefício do setor privado.

Haddad (2008, p. 12) argumenta que o BM, o FMI e a OMC têm procurado desenvolver um conjunto de políticas mutuamente complementares, dentre as quais o impacto da liberação comercial é fator importante na estratégia global do capital internacional, como se observa no documento intitulado Coerência nas políticas econômicas globais e a cooperação entre a OMC, o FMI e o BM, publicado pela OMC em 2004.

Em relação à OMC, Haddad (2008) aponta que o setor de serviços é um dos de maior interesse dessa organização multilateral para fins de comercialização internacional e para diminuição das barreiras entre os países. O ensino superior privado, nesse contexto, é visto como um mercado crescente e rentável, e os interesses privados sobre este bem público vêm ocupando espaço, pressionando as legislações internas e externas e ampliando o mercado em cada país e no contexto internacional.

Na mesma perspectiva, o Banco Mundial defende, nesse documento, que os alunos do ensino superior que não conseguissem financiar os próprios estudos participariam de programas de assistência estudantil, executados por meio de empréstimos financeiros, de bolsas de trabalho nas instituições de ensino superior e da realização de cursos em instituições particulares que receberiam isenção fiscal e incentivos financeiros do Estado para admitir o acesso (LIMA, 2007, p. 66-67).

O Brasil segue à risca o receituário desses organismos internacionais, com ampla expansão de programas de financiamento estudantil, concedendo bolsas de estudos em troca de isenções fiscais em favor de instituições privado mercantis de ensino ou de financiamento com linhas de crédito diferenciadas.

Segundo Rocha e Casartelli (2014), as políticas de financiamento para educação superior são importantes para o aumento de universitários no Brasil, pois são programas de inserção social que buscam fornecer bolsas de estudos ou financiamento aos jovens de baixa renda. Essa ampliação do acesso e da democratização do ensino superior é fundamental para o crescimento e o desenvolvimento do país. A expansão da educação superior não teve apenas um sentido de ampliação geográfica, mas também um sentido de ampliação de oportunidades de acesso para setores da classe média até então excluídos desse nível de ensino (SANTOS, 2013).

Para Souza (2012), muitos desses jovens passaram a visualizar a conclusão de um curso superior como algo possível e capaz de transformar a sua realidade. Dessa forma, as instituições devem pensar estrategicamente em viabilizar alternativas reais que se enquadrem em cada situação e perfil de aluno, com vistas a assegurar a permanência deste, sem prejudicar o seu orçamento e comprometimento de renda, evitando situações que impactem a saúde financeira e também o planejamento estratégico das IES Privadas. Conforme Lopes, Lisniowski e Jesus (2012), é papel da gestão considerar o perfil dos alunos e focar nos fatores que apresentam maior potencial para a implementação de estratégias de mudanças.

Por mais benéficas e necessárias que sejam, as políticas de 'democratização' da educação superior, por via de ampliação de matrículas e ações afirmativas de inclusão social, apresentam sérios limites que não serão transpostos em curto espaço de tempo. Muito positivo é o fato de que elas contribuem para uma mudança de cultura contrária à permanência perversa do elitismo e do racismo e favorável ao abrandamento das assimetrias sociais. O principal obstáculo para a 'democratização' e expansão da educação superior é a vulnerabilidade de grande parte da população brasileira. (SOBRINHO, 2010, p.1236).

As políticas públicas de acesso ao ensino superior fomentam e alavancam a busca pela qualificação, proporcionando crescimento pessoal e profissional, diante de uma concorrência cada vez mais acirrada e desleal no mercado de trabalho atual, conforme Silva (2017). A intenção não está em formar para o trabalho e sim para a empregabilidade, tendo em vista que, quando se forma para a empregabilidade, forma-se para a livre concorrência num mercado de trabalho desleal e injusto.

O mesmo autor, na obra supracitada, ainda refere que a formação, em um país capitalista com essa ideologia produtiva, gera um excedente de trabalhadores que

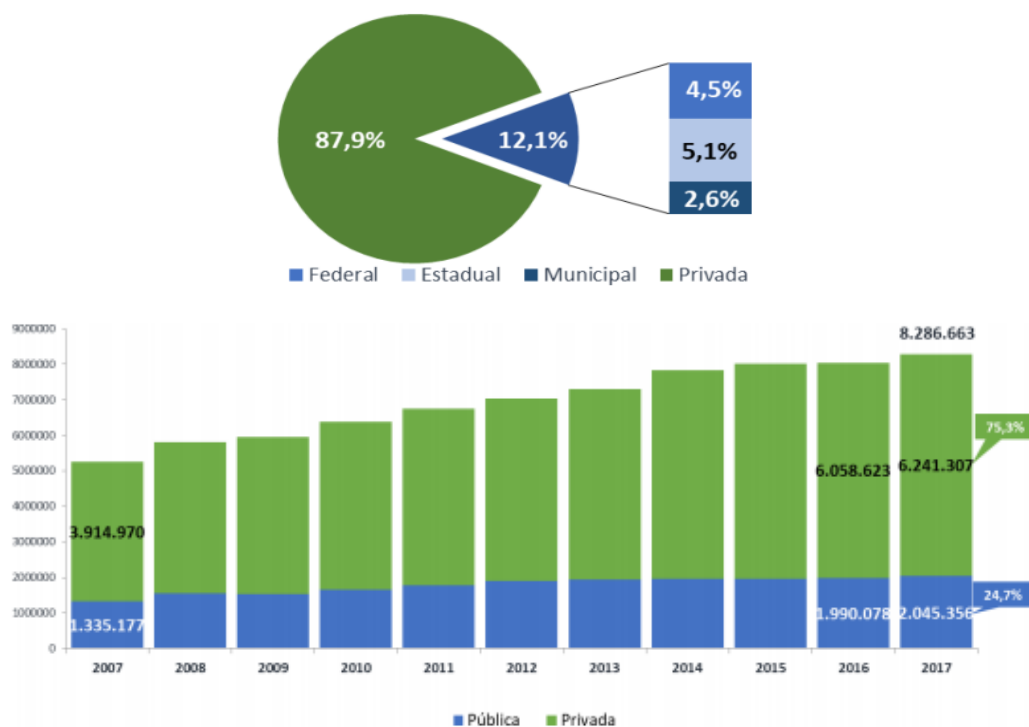
podem disputar uma vaga de trabalho e que, por consequência, perdem o poder de barganha por melhores salários, pois o desemprego é estrutural, e caso alguém não queira aceitar essa imposição do Capital, existe um número expressivo de pessoas que necessitam de trabalho.

A necessidade de formação, aliada às políticas públicas de acesso ao Ensino Superior em Instituições Privadas, ocasionou o crescimento do número de Instituições privadas com o passar dos anos. Conforme se pode observar no Censo da Educação Superior de 2016, os dados que revelam existir, no Brasil, 2.407 Instituições de Ensino Superior. Deste total, mais de 87% são Instituições Privadas, computando um montante de mais de 75% do número geral de matrículas e, quase em sua totalidade, matrículas em cursos presenciais, conforme se pode visualizar na Figura 01, a seguir:

Figura 01 – Instituições de Ensino Superior e Número de Matrículas

Ano	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2017	2.448	106	93	8	181	142	1.878	40	n.a.

Nota: n.a. Não se aplica.



Fonte: Dados Censo de 2017.

Os dados representados remetem à análise minuciosa por parte dos gestores, pois, mesmo indo ao encontro do PNE, com o objetivo de proporcionar e desburocratizar o acesso ao ensino, é relevante pensar de maneira estratégica a gestão das Instituições de ensino superior privadas, pois representam grande parte das IES na atualidade. As vagas gratuitas em universidades públicas não atendem à demanda por ensino superior, tornando necessárias as instituições de ensino privadas para acolher tal defasagem. Ainda, segundo Pertschy (2006, p. 3), “[...] embora o lucro seja um dos objetivos das IES, não é o principal, como o seria em outras sociedades empresárias, mas um coadjuvante no desenvolvimento da instituição”. Assim, objetivando assim uma formação de qualidade, que é muito importante. Isto por que não adianta ter grande quantidade de formandos, se não possuir pessoas capacitadas para o mercado de trabalho, para assim alcançarem reconhecimento em um setor concorrido como este apresentado.

O Plano estabelece prioridades que contemplam a diminuição das desigualdades sociais e regionais, a universalização da formação escolar mínima compatível com as necessidades da sociedade democrática moderna, a elevação global do nível de escolaridade da população e a melhoria geral da qualidade do ensino, baseado numa nova pedagogia do sucesso escolar. (BRASIL, 1998, p.13).

Chaves e Amaral (2015) argumenta que a escalada do setor privado na oferta do ensino superior no Brasil teve início nos governos da ditadura militar. Nota-se este fato ter sido acentuado pela política privatista adotada pelos últimos governos, tendo facilidades atreladas em medidas de incentivos fiscais como: isenções tributárias para ofertas de Bolsas de estudos e principalmente pela atrativa taxa de juros do FIES. Após a reforma do FIES, pactuada no “Governo Lula” em 2010, alcançaram-se resultados institucionais, tais como número de matrículas e também aumento de receita líquida, tendo em vista que com a reforma foi prevista a recompra dos títulos do tesouro, transformando-os em moeda corrente.

Essas medidas provocaram o crescimento de grandes grupos educacionais, visto que o próprio governo injetava dinheiro, fortalecendo ainda mais as instituições privadas. Igualmente, ofereceu melhores condições para instituições de pequeno e

médio portes, facilitando a captação e a permanência dos estudantes, pois o alto valor da mensalidade já não era visto como barreira para o acesso e a realização de um curso superior, o que era visto antes como inalcançável.

Independente de configurar parceria entre público e privado, caracteriza-se por uma política pública de governo que trabalha grupos específicos e se baseia na ideia de que se deve “dar a quem mais precisa”, buscando compensar ou reparar as consequências do passado - ideia esta que, de acordo com Cury (2005, p. 15) vem desde a Antiguidade Clássica, onde se mencionava a importância de “tratar desigualmente os desiguais”.

2.2 FUNDO DE FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR – FIES

O Fundo de Financiamento do Ensino Superior – FIES é uma política pública de financiamento do Ensino Superior destinada à concessão de financiamentos a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais não gratuitos, com avaliação positiva nos processos geridos pelo MEC e que tenham conceito maior ou igual a três no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Para compreender a importância dessa política pública, esta seção irá historicizar e aprofundar o FIES.

Em ordem cronológica, o FIES foi criado a partir de um aprimoramento do antigo Programa de Crédito Educativo (PCE), desenvolvido pela Presidência da República no período do General Ernesto Geisel (1974-1979). Tinha como estratégia a expansão do ensino superior público e privado, com o fortalecimento do último segmento, frisando que a política foi instaurada no período da Ditadura Militar Brasileira, como estratégia de descentralizar a obrigação do Estado e contando com a parceria das instituições privadas para a sua execução.

Devido ao alto grau de inadimplência do PCE, por meio da Lei nº 8.436 de 25 de junho de 1992, o Governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) reformulou o PCE e instituiu o Programa Crédito Educativo para Estudantes Carentes (CREDUC). Em seus primeiros anos, o programa entrou em crise “em virtude da falta de recursos e devido à inexistência de mecanismos adequados de correção dos débitos pela inflação,

contando ainda com dificuldades no processo de cobrança das dívidas, o qual não garantia a efetiva devolução dos recursos concedidos” (TCU, 2016, p. 6). No ano de sua extinção (1998), o índice de inadimplência girava em torno de 83% (BARROS, 2003).

Em 1999, no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Governo Federal criou o Fundo de Financiamento Estudantil – FIES por meio da (Medida Provisória nº 1.827) em substituição ao CREDUC. Possivelmente esta foi uma manobra para desvincular passivos do antigo programa, suposição reforçada por Queiroz (2018) ao sinalizar que o termo “criação” transmite a ideia, a princípio, de que o FIES foi apresentado como inovação política. Na verdade, o programa constituiu-se como uma reformulação do CREDUC, devido à impossibilidade da continuação deste crédito pela grande inadimplência dos estudantes, juntamente com sucessivas derrotas judiciais do Governo Federal na intenção de resgatar os débitos.

O FIES surge, portanto, como um programa de natureza contábil, visando ampliar o acesso e a permanência na educação superior por meio da concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em IES privadas que tenham firmado termo de adesão ao FIES e que contem com avaliação positiva nos processos geridos pelo MEC. A sua estrutura funcional teve atores bem definidos, como: o Ministério da Educação (MEC), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a Secretaria da Receita Federal (SRF), os agentes financeiros - Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco do Brasil (BB), as Mantenedoras de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e os estudantes beneficiários do programa.

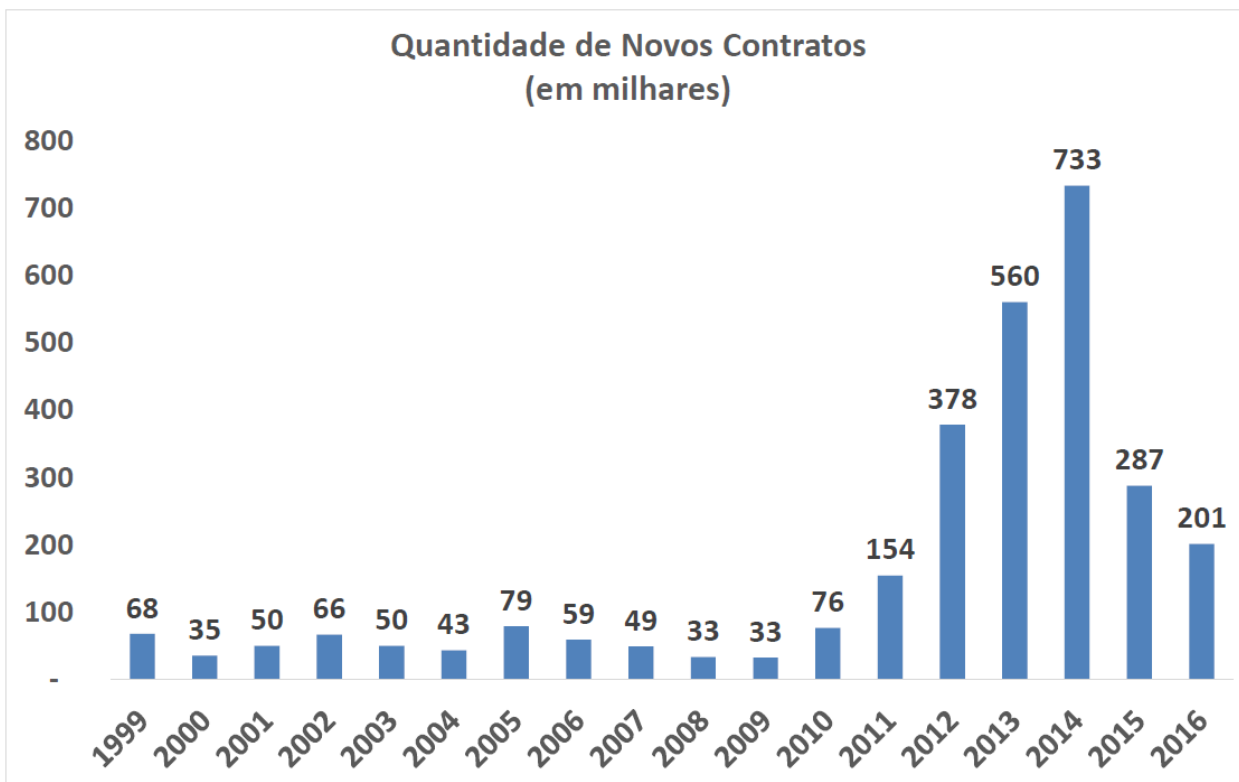
A gestão do FIES compete ao MEC, na qualidade de formulador da política de financiamento e de supervisor da execução das operações do Fundo e ao FNDE, na condição de agente operador e administrador dos ativos e passivos. Segundo Queiroz (2018), os agentes envolvidos tem funções distintas e integradas, cabe ao STN a emissão de títulos públicos - Certificado Financeiro do Tesouro – série E (CFT-E), os quais fazem parte da sistemática de financiamento do programa, sendo responsável por arcar mensalmente com as despesas educacionais dos alunos, perante às IES até o término do curso; a SRF envolve-se no processo em virtude dos títulos públicos

emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional por serem utilizados pelas mantenedoras, prioritariamente, com vistas ao pagamento de tributos da Previdência Social. Os agentes financeiros estão relacionados: à formalização das contratações e aditamentos junto aos estudantes, à administração dos contratos, ao repasse dos retornos financeiros ao agente operador, ao controle da inadimplência, à cobrança e execução dos contratos inadimplentes, às informações sobre os contratos mantidos em sua carteira, bem como custodiar os CFT-E, utilizados para pagamento às mantenedoras dos encargos educacionais relativos às operações de financiamento do FIES. Por fim, às mantenedoras/IES compete: assinar um termo de adesão ao programa por meio do SisFIES e, a cada semestre letivo, firmar um termo de participação, no qual detalharão os cursos e as vagas que serão ofertadas no âmbito do programa.

Com a instituição da Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2010), já no governo Lula, mais uma vez o FIES foi reformulado, acarretando na formalização de contratos em massa. O FNDE passou a ser o agente operador, o que fez com que a CEF passasse a atuar como agente financeiro junto com o Banco do Brasil (BB). Outras mudanças marcaram esse novo movimento, tais como: taxa de juros de 6,5% para 3,4% ao ano; financiamento de até 100% dos encargos educacionais; dilatação do prazo para a quitação da dívida (até três vezes a duração do curso financiado); início para amortização da dívida começando 18 meses após o término do curso; requerimento do benefício a qualquer momento por meio de sistema eletrônico gerenciado pelo FNDE; renda familiar mensal bruta de até 20 salários mínimos.

Tais medidas tornaram o programa muito atrativo, aumentando significativamente o número de matrículas e, conseqüentemente, o número de contratos do FIES, uma vez que possibilitava ao estudante, independente do semestre que estava cursando, ter acesso ao financiamento, sem a necessidade de Fiador. Este aumento pode ser visualizado na Figura 02, a seguir:

Figura 02. Evolução comparativa de contratos do FIES.



Fonte: FNDE/MEC.

No final de 2014, no Governo Dilma Rousseff, tendo em vista o descontrole dos gastos públicos, aliados à crise econômica mundial e também às questões pertinentes ao ajuste fiscal, conferiu modificações inéditas no programa. Estas modificações foram determinadas por meio das Portarias Normativas MEC nº 21, de 26 de dezembro de 2014, nº 23, de 29 de dezembro de 2014. Para Santos (2017), estas alterações tiveram impacto, restringindo o crédito para muitos candidatos, pois estabelecia novos critérios para ter acesso ao financiamento, como: aumento da taxa de juros para 6,5% ao ano; nota mínima de 450 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); e, na metade de 2015, definiu um período de inscrições e um método de seleção própria por parte do MEC e a impossibilidade de financiar o curso em sua integralidade.

Nesse período, o governo verificou que os gastos com o FIES nos anos anteriores estavam inviabilizando a continuação da política, pois a oferta de financiamentos reduzira em 60%, se comparado com o ano anterior, demonstrando a

sua preocupação com o orçamento e com a situação dos anos anteriores. Essa redução gerou grande impacto nas instituições e nos estudantes, pois muitos já tinham realizado o vestibular e dependiam do FIES para dar seguimento aos estudos, fazendo assim com que assumissem dívidas num momento de incerteza do programa.

Estas incertezas também atingiram as Instituições, pois, ao acolherem os estudantes que não tinham conseguido o financiamento, por causa da redução nas cotas do FIES, acabaram tentando achar novas alternativas com agências de financiamento privadas, com taxas mais altas ou, ainda, com financiamentos próprios, causando assim preocupação e instabilidade às Instituições.

No início de 2018, já no período de Michel Temer no poder, o FIES passa por uma nova reformulação, contando com novos atores e parcerias do público-privado, chamado agora de NOVO FIES. Sólton Caldas, diretor da Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), afirma que, nos últimos três anos, a principal política pública de inclusão e acesso de estudantes ao ensino superior retraiu. A cada novo critério ou modificação instituída, o fundo de financiamento foi protelando o sonho de milhões de jovens brasileiros de cursarem a graduação. Na visão do diretor, a edição da MP nº 785/2017 foi a última “pá de cal” lançada pelo Governo Federal. O diretor da ABMES questiona: “sem o FIES, caminharemos com passos firmes rumo ao retrocesso da educação superior e, em curto intervalo de tempo, teremos ameaçado tanto o desenvolvimento social quanto o desenvolvimento econômico do país. É esse o futuro que desejamos?” (CALDAS, 2017, s/p).

As mudanças, no entanto, do chamado Novo FIES, não parecem ter surtido efeito, pois, mesmo tendo juros de 0%, o programa não se mostra atrativo, nem para as instituições que agora participam com um nível de risco elevado, ao coparticiparem com a inadimplência, trabalhando desta forma na incerteza do pagamento futuro por parte dos alunos. Por outro lado, também não se torna tão atrativo para os alunos mais necessitados, pois não possibilita financiar o curso em sua integralidade e o percentual cobrado pelo governo se torna uma barreira para viabilizar o ingresso no ensino superior.

2.3 APONTAMENTOS DE ESTUDOS ATUAIS: O FIES COMO POLÍTICA PÚBLICA

A partir de consultas exploratórias, visando analisar e conhecer a produção científica de teses e dissertações brasileiras sobre a temática das políticas públicas de financiamento estudantil do ensino superior no Brasil, realizou-se uma revisão bibliográfica. Para orientar este estudo, questionou-se: como as políticas públicas de financiamento da educação superior vêm sendo abordadas na produção científica dos últimos 6 anos? Esse recorte temporal evidencia um cenário de mudança de governo, podendo ter impacto direto nas políticas de governo destinadas à área da educação superior.

A pesquisa foi realizada no Portal de Teses da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Os descritores de busca da produção acadêmica foram: Fundo de Financiamento Estudantil, FIES, Políticas Públicas para o ensino privado. Delimitou-se a busca entre 2012 a 2017, incluindo-se produções acadêmicas de instituições públicas e privadas.

A temática mostra-se relevante e merece atenção, visto a sua pertinência e o seu impacto, tanto nas instituições públicas, onde a concorrência por uma vaga é cada vez mais acirrada, como nas instituições privadas, as quais absorvem grande parte da demanda de estudantes que não conseguiu o acesso na instituição pública.

Constatou-se um pequeno número de dissertações e teses pontuais, tendo em vista o grande número de reportagens veiculadas pela imprensa em relação à temática no âmbito nacional. Por outro lado, os aportes teóricos também abordam o tema com posicionamentos contraditórios, demonstrando a necessidade de aprofundar a temática, no que concerne à peculiaridade de ter como foco o comportamento dos gestores e o desenvolvimento de estratégias de gestão frente às demandas do FIES em tempo de crise. É uma proposta de captar o olhar pelo outro lado da questão: o da IES que acolhe o estudante e deseja mantê-lo, mesmo sabendo de sua dificuldade em responder ao compromisso financeiro.

Na análise da produção científica acerca desta temática, foram encontradas 44 produções, sendo 6 teses e 38 dissertações. Deste total, apenas 11 referenciam o

Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, todos eles analisando a perspectiva do programa, sobre o contexto histórico ou, até mesmo, análise dos alunos, mas não no impacto e nas estratégias dos gestores em educação. Desse modo, pode-se afirmar que a pesquisa acadêmica em educação, de como se comportam os gestores em momento de crise, mostra-se pontual para o momento em que se vive, auxiliando na obtenção de uma compreensão mais específica para a intervenção, e não somente para uma solução apenas paliativa, no que diz respeito a educação privada.

Das produções analisadas, pode-se verificar que a temática é uma preocupação bem atual, pois das 11 obras que serviram para a base desta pesquisa, 3 foram produzidas em 2014, 6 produzidas em 2016 e 2 em 2017, denotando assim ser um assunto pertinente e atual.

Analisando a produção científica e alinhando-a ao objeto de estudo, consegue-se dar a real dimensão da importância efetiva do programa, pois, segundo Vituri (2014), o FIES é uma política pública importante na promoção do acesso ao ensino superior. Analisa que, embora seja uma política pública, este se originou, expandiu-se e vem se desenvolvendo em um cenário de privatização do ensino superior, possibilitando as instituições de ensino superior privadas usufruir de um espaço que deveria ser ocupado pelo Estado, mas que contraditoriamente tem desse mesmo Estado o apoio e a concessão para administrá-lo.

Da mesma forma, Xavier (2016) concluiu que a expansão e a democratização do acesso ao ensino superior foram tratadas como prioridades pelos governos dos últimos anos, alavancando assim de maneira significativa os índices atuais e contribuindo para o acesso e a permanência dos estudantes.

Segundo Barros (2014), o qual analisou de que forma o FIES contribuiu no acesso e na permanência dos estudantes no ensino superior, analisar a temática ofereceu subsídios que enriqueceram a compreensão da questão, principalmente para se entender como os sujeitos da pesquisa utilizam o FIES para ingressar e permanecer no ensino superior. Ofereceu também suporte para se esperar que os gestores se preocupem ainda mais com esse indivíduo, pois, assim como a Instituição, o estudante também tem necessidades.

Muitas vezes, o estudante depende totalmente do programa, posição esta que reflete o pensamento de Pontuschka (2016), o qual encontrou resultados que mensuram o efeito do FIES sobre as matrículas de 6,3% a 9% e sobre a taxa de evasão de -2 a -2,6 pontos percentuais, demonstrando aumento significativo nas matrículas e redução nos índices de evasão da Instituição pesquisada.

Castro (2017) analisou os efeitos da nova regulamentação do FIES para manter o nível de crescimento previsto no PDI da instituição pesquisada. Concluiu que o FIES é tão influente e essencial no setor da educação que até mesmo as IES com pouca expressão dependem significativamente do programa.

Santos Filho (2016) menciona que os recursos contribuem para o aumento da lucratividade dos grupos educacionais e que os dados analisados demonstram que o FIES tem significativa relevância para a receita líquida dos grupos pesquisados. Corroborando, Duarte (2014) avalia que a procura pelo financiamento registrou aumento significativo na receita por conta do crescimento das matrículas, atingindo, de maneira heterogênea, diferentes instituições de Ensino.

Moura (2016) analisou como a iniciativa privada foi beneficiada com essa política e concluiu que o governo muito fez com relação ao Ensino Superior no período de 2003 a 2014, mas que da mesma forma ainda existe um longo caminho a ser percorrido para realmente se alcançar uma educação superior inclusiva, justa, de qualidade e comprometida com o desenvolvimento do país.

Para Brasileiro (2017), analisando a temática de 2007 a 2014, percebe-se que houve um processo significativo de expansão e de acesso ao ensino superior. Porém, essa expansão não representou uma ampla democratização, pois se observou um número não muito expressivo de concluintes. Ou seja, a permanência depende de vários fatores, dentre eles, o financeiro.

Egreggio (2016) realizou uma pesquisa para compreender até que ponto as políticas públicas, nos últimos 10 anos, têm influenciado os processos de democratização do Ensino superior. Os resultados revelaram que as políticas públicas, sobretudo dos Governos de Lula e Dilma, geraram diretamente expressivo crescimento no número de matrículas de jovens e adultos de diferentes categorias socioeconômicas, e que este aumento ocorreu predominantemente no setor privado. Isto leva a supor

efeitos das políticas públicas de financiamento e de outros programas, como, por exemplo, o Programa Universidade para Todos (Prouni), criado em 2004 pelo Ministério da Educação (MEC), com a finalidade de incluir estudantes brasileiros sem condições de pagar o valor das IES particulares a ingressar no ensino superior por meio da concessão de bolsas de estudo, garantindo entre 50% e 100% das mensalidades.

Diante da temática abordada, reafirma-se a importância do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, como política pública importante, que auxilia de forma impactante os diversos atores envolvidos, pois credencia os candidatos a consolidar o acesso ao Ensino Superior. Da mesma forma, garante e auxilia na permanência destes, garantindo assim um baixo índice de evasão, contribuindo diretamente nas estratégias de gestão das Instituições de Ensino Superior particulares.

3 CAMINHOS PERCORRIDOS NA PESQUISA

Esta seção apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para a consecução dos objetivos. Apresentando o desenho da pesquisa, o universo e amostra, o processo de coleta de dados e as técnicas de análise, tratamento e interpretação dos dados.

Etimologicamente, Turato (2003) lembra que a palavra método deriva do latim *methodus* e do grego *methodos*, cujo significado corresponde ao caminho através do qual se procura chegar a algo ou a um modo de fazer algo. Nesta direção, apresentam-se, a seguir, os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa.

3.1 DESENHO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em processos e procedimentos metodológicos distintos e integrados, conforme Figura 03, a seguir:

Figura 03 – Processo metodológico da pesquisa.



Fonte: Autor (2018).

Trata-se de uma pesquisa do tipo estudo de caso. Para Triviños (1987), esse tipo de pesquisa trabalha os resultados, buscando o seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O estudo de caso apresenta um recorte de situações emaranhadas da vida real, proporcionando esclarecimentos, definições e interpretações de um determinado fenômeno, o que permite ao pesquisador entender os eventos e suas características.

De acordo com Triviños (2013), o estudo de caso é uma técnica de pesquisa que, aliada às questões, possibilita investigar condições objetivas que, à medida que se estuda o objeto, aumentam a sua complexidade. Trata-se, pois, de uma investigação empírica de fenômenos contemporâneos em um contexto da vida real, aplicada, principalmente, quando estes não são claramente evidentes, reforçando assim a escolha dessa estratégia metodológica e permitindo compreender um fenômeno da vida real na sua profundidade, considerando as condições contextuais.

Gil (2002) reforça que a confiabilidade do estudo de caso está relacionada às variadas fontes de evidência, e que a significância dos achados terá mais qualidade, se as técnicas forem distintas, cabendo ao pesquisador construir um encadeamento de evidências, a fim de aumentar a credibilidade das informações e das interpretações.

Segundo Creswel (2007), a combinação de técnicas quantitativas e qualitativas permite a adoção de um método misto, o que vem ao encontro do que se esboça neste projeto. O estudo de caso misto irá permitir uma aproximação ampla do objeto de estudo, permitindo analisar o impacto do FIES por meio de dados estatísticos da IES, inclusive captando as variáveis atuantes em cada período destacado no estudo. Igualmente, permitirá o diálogo com os protagonistas da IES, identificando os comportamentos e as estratégias de gestão adotadas por meio do conjunto de informações amplas, detalhadas e sistemáticas, captadas por meio de técnicas qualitativas, tanto nas questões abertas do questionário, quanto nas entrevistas individuais.

Para Minayo (2014), a pesquisa qualitativa aplica-se ao estudo dos valores, opiniões, história e interpretações que os humanos fazem e constroem no seu cotidiano. Proporciona entender o significado dos fenômenos inseridos no dia a dia dos envolvidos, corroborando o pensamento de Bauer e Gaskell (2002) de que a pesquisa

qualitativa lida com interpretações das realidades sociais. Assim, justifica-se a escolha da abordagem por esta considerar os envolvidos inseridos em seu meio de trabalho de forma a contemplar situações que ocorrem durante todo o processo.

A metodologia utilizada visou à abrangência da complexidade do fenômeno estudado e a representatividade do contexto real, aliada aos fatores que envolvem o cotidiano institucional, à procura das especificidades no tocante à análise das repercussões internas e externas que a redução do financiamento estudantil pode resultar. Também se busca conhecer o comportamento organizacional e as estratégias que os gestores utilizam, tendo em vista o momento de volatilidade da crise.

Dentre as estratégias metodológicas, esta pesquisa foi desenvolvida em um estudo de caso, em razão de estar direcionada para um fenômeno em particular e serve para responder questionamentos, em que o pesquisador não tem muito controle sobre o fenômeno estudado. Segundo Yin (2010), as principais fontes de evidências utilizadas nos estudos de caso são: documentação, registros em arquivos, entrevistas, observações diretas, observação participante e artefatos físicos. Assim, para responder à questão norteadora desta pesquisa, foram utilizadas as seguintes fontes de evidências: a **primeira etapa** será a pesquisa documental; a **segunda**, o questionário online e, a **terceira etapa**, a entrevista individual.

A **primeira etapa** compreende a pesquisa documental. Para Gil (2002), a pesquisa documental analisa documentos de primeira mão que não recebem nenhum tratamento analítico e documentos de segunda mão que são aqueles que já representam análise distinta, como por exemplo: relatórios de empresas e tabelas estatísticas do objeto de estudo.

A pesquisa documental busca material que não foi editado, como propostas, cartas, anotações, avisos, agendas, estudos, relatórios, etc., possibilitando a confiabilidade dos achados, permitindo, assim, a triangulação dos dados, para achar evidências e indicativos para pesquisa (YIN, 2010).

Nesse sentido, analisou-se documentos e dados históricos como o número de matrículas, a evasão, o tipo de benefício que foi oferecido aos ingressantes e o fluxo financeiro. Nesta pesquisa, os documentos foram importantes, pois serviram para demonstrar indicadores que deram embasamento à problemática do estudo, tais como:

o aumento ou queda no número de matrículas, o índice de evasão, os benefícios políticos oferecidos, a variação do fluxo financeiro, bem como todas especificidades que poderiam demonstrar a importância do FIES, no que se refere a estes indicadores no recorte temporal entre 2012 e 2018.

Na **segunda etapa**, aplicou-se um questionário online por meio do Google Forms³. Esse questionário foi aplicado para os gestores envolvidos nos processos decisórios da Instituição, na qual constava os seguintes questionamentos: como a IES agiu com a redução das políticas públicas? Quais estratégias foram formuladas para captar e manter os ingressantes? Como os gestores projetam os próximos anos? Qual o impacto do FIES na IES? Questionamentos estes que possibilitaram discorrer sobre a temática abordada. A aplicação deste questionário serviu para elucidar e contextualizar o grau de conhecimento e a importância que os gestores aplicam a esta política pública, bem como para descobrir qual o perfil e o sentimento destes no momento de incerteza do FIES e, ainda, como projetam o futuro. A aplicação de questionário online foi escolhida pela baixa complexidade e pelo baixo custo envolvido. Como reforça Gil (2002), a entrevista desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas onde a ordem e redação permanece invariável para todos entrevistados. Esse tipo de entrevista é adequado para o desenvolvimento de levantamentos sociais, tendo como vantagem a rapidez e os custos relativamente baixos para o pesquisador.

Já na **terceira etapa** realizou-se entrevistas individuais com três (03) participantes do nível estratégico, o qual contempla a alta direção, todos estes sujeitos responsáveis pelas tomadas de decisões e pelas estratégias e tipos de gestão que a Instituição irá seguir. Esse nível é composto pelo Diretor, pelo Vice-Diretor e pelo Diretor Administrativo-Financeiro.

Bauer e Gaskell (2002) afirmam que a entrevista individual começa com alguns comentários introdutórios sobre a pesquisa, uma palavra de agradecimento ao entrevistado por ter concordado em falar e um pedido para gravar a sessão. O entrevistador deve ser aberto e descontraído no que tange à gravação que pode ser justificada como uma ajuda à memória ou um registro útil da conversação para uma

³ Serviço da Google que tem por objetivo facilitar a criação de formulários e questionários diversos

análise posterior. Isto permite ao entrevistador concentrar-se no que é dito em vez de ficar fazendo anotações.

A entrevista individual permitiu ao pesquisador entender o posicionamento dos gestores acerca de itens pontuais que auxiliaram na compreensão de como os sujeitos visualizam a problemática e como os mesmos se posicionaram no momento da crise, para assim compreender qual foi o real impacto e quais estratégias foram utilizadas por eles. Para Bauer e Gaskell (2002) a entrevista individual ocorre em profundidade por meio de uma conversação que dura normalmente entre uma hora e uma hora e meia. Antes da entrevista, o pesquisador preparou tópicos guias, pontuando os temas centrais e os problemas de pesquisa.

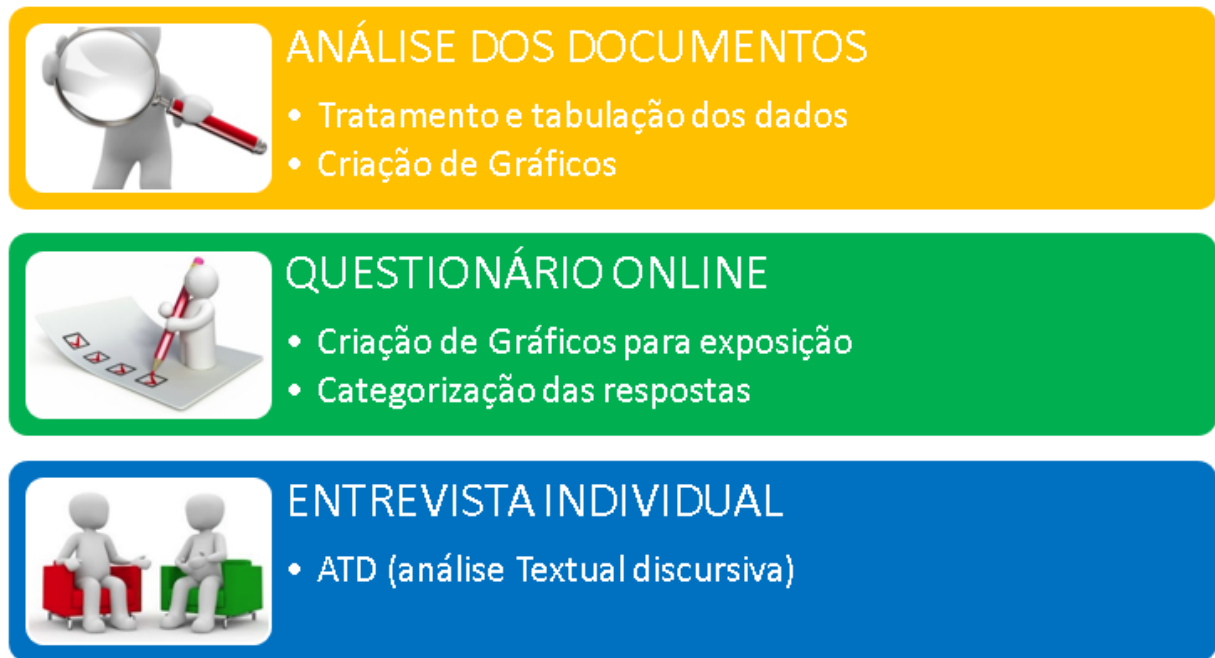
Durante a conversação foi realizada as seguintes perguntas: qual o motivo que levou sua IES a aderir ao FIES? Como você avalia o FIES ao longo destes anos? Como oscilou a oferta de vagas e o faturamento nesses últimos 6 anos? Você avalia que a Instituição obteve crescimento e expansão a partir do FIES? A regulamentação do final de 2014 causou algum impacto positivo ou negativo na IES? Quais as estratégias a IES adotou neste período? Qual o modelo de gestão da IES? Tradicional (clássico, comportamental, pragmático) ou Inovativo (sistêmico ou contingencial). Agora com mais uma mudança chamada de “NOVO FIES”, como você avalia esta política pública?

Bauer e Gaskell (2002) ainda direcionam que, ao finalizar a entrevista, o pesquisador garanta ao entrevistado a confidencialidade das informações e pergunte se ele gostaria de fazer mais alguns comentários, agora que o gravador está desligado. Ainda, será explicado ao participante que as informações serão usadas no andamento da pesquisa.

3.2 ANÁLISE E CRUZAMENTO DAS INFORMAÇÕES

Cada tipo de coleta trouxe informações distintas, que interligadas pelo cruzamento das análises, auxiliou na representação das respostas, tanto graficamente como textualmente. A Figura 04, a seguir, representa esta intenção:

Figura 04 – Análise dos dados.



Fonte: Autor (2018).

Realizada cada etapa da coleta de dados deu-se a análise dos resultados, utilizando-se diversas técnicas. A análise dos dados do questionário aplicado a determinado grupo de pessoas representa um recorte; a análise dos dados quantitativos servirá de base empírica na construção do questionário exploratório e ambos estarão presentes na interlocução com os gestores nas entrevistas. Ao final, o corpus da pesquisa será constituído na análise textual discursiva (ATD), dando sentido ao conjunto de informações.

Para a análise documental, foram utilizados os relatórios institucionais, bem como os documentos e os indicadores divulgados pelo governo que foram coletados no processo da pesquisa documental. Esses dados foram tratados, tabulados e organizados graficamente para demonstrar o impacto da política pública na instituição objeto de estudo, como também para realizar uma análise mais ampla, visualizando os dados em nível nacional para evidenciar e dar dimensão de que a problemática se estende a todas as instituições de ensino superior privado.

Para a análise das respostas do questionário online, utilizou-se o Google Forms, pois ele apresenta uma tabulação do questionário em método gráfico, que facilitou a análise e a compreensão dos dados, expostos a partir da percepção e da compreensão dos entrevistados sobre a problemática.

E para a entrevista individual utilizou-se a análise textual discursiva (ATD), segundo Moraes (2003); Moraes e Galiazzi (2006; 2011), que se caracteriza como “uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise de pesquisa qualitativa, que são a análise de conteúdo e análise de discurso” (MORAES; GALIAZZI, 2006, p. 118).

De acordo com Moraes (2003), a análise textual discursiva:

[...] pode ser compreendida como um processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem de uma seqüência recursiva de três componentes: desconstrução do corpus, a unitarização, o estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização, e o captar do novo emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada (MORAES, 2003, p. 192).

Dentro das etapas da ATD, a unitarização, caracteriza-se por uma leitura cuidadosa e aprofundada dos dados em um movimento de separação das unidades significativas. Conforme Moraes e Galiazzi (2006, p. 132), os dados são “recortados, pulverizados, desconstruídos, sempre a partir das capacidades interpretativas do pesquisador”.

Nesta fase, uma condição necessária relaciona-se com o estabelecimento de uma relação íntima e aprofundada do pesquisador com seus dados, momento este em que ele analisa de vários ângulos, construindo interpretações e questionamentos para um mesmo registro, e a partir desses procedimentos, surgem as unidades de significados. Como ressalta Moraes (2003), essa fase aproxima-se do caos em um processo de extrema desorganização.

Na fase de categorização, ocorrerá um “processo de comparação constante entre as unidades definidas no processo inicial de análise, levando ao agrupamento de elementos semelhantes” (MORAES, 2003, p. 197). Utilizando critério definido pelo pesquisador, em razão dos objetivos do trabalho, constroem-se as categorias por meio

dos elementos semelhantes, sendo que a todo o momento elas podem ser modificadas e reorganizadas num processo em espiral. Como afirmam Moraes e Galiazzi (2006):

[...] as categorias não saem prontas, e exigem um retorno cíclico aos mesmos elementos para sua gradativa qualificação. O pesquisador precisa avaliar constantemente suas categorias em termos de sua validade e pertinência (MORAES; GALIAZZI, 2006, p. 125).

A análise textual discursiva (ATD) tem se mostrado especialmente útil nos estudos em que as abordagens de análise solicitam encaminhamentos que se localizam entre soluções propostas pela análise de conteúdo e a análise de discurso, pois ela é uma abordagem de análise de dados que transita entre as duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa.

As técnicas empregadas servirão para mostrar a importância relativa das variáveis de um problema. Essas ferramentas serão usadas com caráter qualitativo de campo ou de levantamento, que se define como a investigação empírica realizada no local em que ocorre um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo (PEINADO; GRAEML, 2007).

3.3 CONTEXTO ESTUDADO

O estudo foi desenvolvido na Faculdade Integrada de Santa Maria – (FISMA), situada em Santa Maria, RS, Brasil. Essa instituição foi criada a partir da antiga Faculdade Santa Clara – (FASCLA) que, em meados de 2007, passou por dificuldades financeiras e acabou passando por um processo falimentar. Em maio de 2008, após um período de negociações, foi instituída a FISMA, tendo à frente das operações o Prof. Dr. Ailo Saccol, o qual permanece como proprietário e Diretor da IES.

Neste período, a Instituição passou por uma reestruturação, mantendo, quase que em sua totalidade, o grupo de funcionários da antiga FASCLA e agregando uma equipe com vivência pessoal e profissional do novo Diretor, tendo em vista sua experiência na gestão universitária. Lançou-se neste período o desafio de um trabalho conjunto de mudança, alicerçado por uma gestão de cooperação e de empreendedorismo por parte da Direção.

A FISMA conta com um quadro de 154 colaboradores, sendo 44 técnicos administrativos e 110 docentes e supervisores de estágio, oferecendo para a cidade e região cursos de graduação nas áreas de administração, enfermagem, psicologia e tecnologia em gestão Comercial e de pós-graduação em gerontologia e em georreferenciamento. No ensino técnico, a Escola Técnica FISMA oferta cursos técnicos em enfermagem, radiologia, administração, contabilidade, informática e transações imobiliárias e também, cursos de aperfeiçoamento em instrumentação cirúrgica e radioterapia, além de cursos de capacitação nas áreas de cada curso.

A FISMA atualmente participa de diversas ações sociais, envolvendo seus acadêmicos, professores e funcionários, entregando a cidade e região serviços de qualidade, diferenciando a mesma de grandes corporações que só visam a lucratividade, dentre as ações destaca-se a clínica escola de psicologia, que realiza atendimentos a comunidade, quase que de forma gratuita, aliando conhecimento e experiência aos acadêmicos, pode-se também destacar projetos na área ambiental, como o projeto de revitalização do cadena e conscientização ambiental realizado pelo núcleo integrado de sustentabilidade ambiental – NISA.

A Instituição destaca-se também por realizar o vestibular social e o trote solidário, momento este em que se arrecada alimentos e visitas em instituições carentes da região também trabalha ativamente em eventos como outubro rosa, novembro azul, além de ações de auxílio como, projeto que arrecadou utensílios de higiene e limpeza para as apenadas do presídio feminino de Santa Maria. Além destes, o projeto de melhora da autoestima das recicladoras de rua, onde realizou-se campanha para arrecadação de kits de maquiagem, para proporcionar um dia de beleza para as mesmas.

3.4 PARTICIPANTES DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada com protagonistas da gestão universitária na instituição privada, desde os diretores, até os coordenadores de curso e os gestores dos setores envolvidos nos diversos processos estratégicos e operacionais que podem ter sofrido, de alguma forma, impacto direto de acordo com o objetivo da temática do estudo.

Nesse sentido, foi obtida uma amostra de quinze (15) participantes, diretamente envolvidos em processos que, possivelmente, sofreram oscilações por conta da redução da política pública, tendo então dentro desta amostragem, pessoas que vivenciaram o fenômeno pesquisado, dando assim, credibilidade e sustentabilidade para as respostas dos questionamentos.

Todos os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), documento este que foi explicado e apresentado no momento da aplicação do questionário ou da entrevista, demonstrando a importância do estudo bem como o sigilo das informações a ponto de realmente demonstrar o sentimento dos entrevistados para tal fenômeno.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

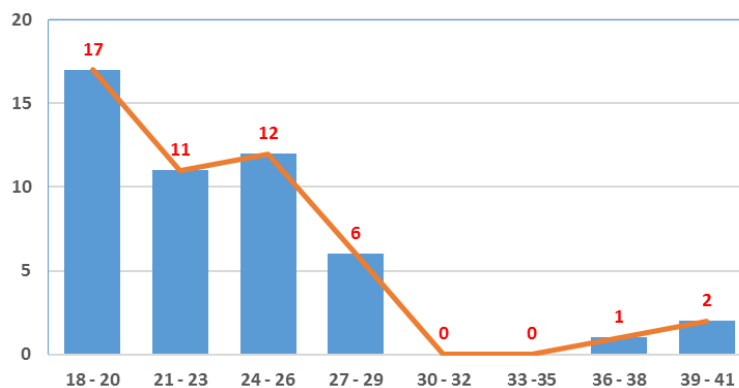
Nessa seção serão apresentados os dados e análise da pesquisa, com o objetivo de responder nossa problemática e elucidar de maneira clara e objetiva a temática do estudo de acordo com a metodologia utilizada.

4.1 PERFIL DO INGRESSANTE COM FINANCIAMENTO PÚBLICO

Foram analisados relatórios institucionais fornecidos pela secretária geral, para assim, conhecer o perfil dos alunos que dependem do financiamento estudantil para realizar o curso de graduação. Constatou-se que a instituição utiliza um modelo de entrevista com cada candidato, após sua aprovação no processo seletivo, para saber a real capacidade de pagamento de cada estudante para assim direcioná-lo a melhor alternativa, a entrevista serve também para saber se o candidato realizou o ENEM (critério essencial para obtenção do FIES), e condições sociais, como pessoas do grupo familiar e renda per capita.

Para analisar o perfil dos estudantes que buscam o financiamento estudantil, foi utilizada uma amostra significativa dos 51 alunos selecionados no último processo seletivo, para a tabulação e análise foi apreciado a ficha cadastral com os dados que os alunos informaram para o governo, como podemos observar a seguir:

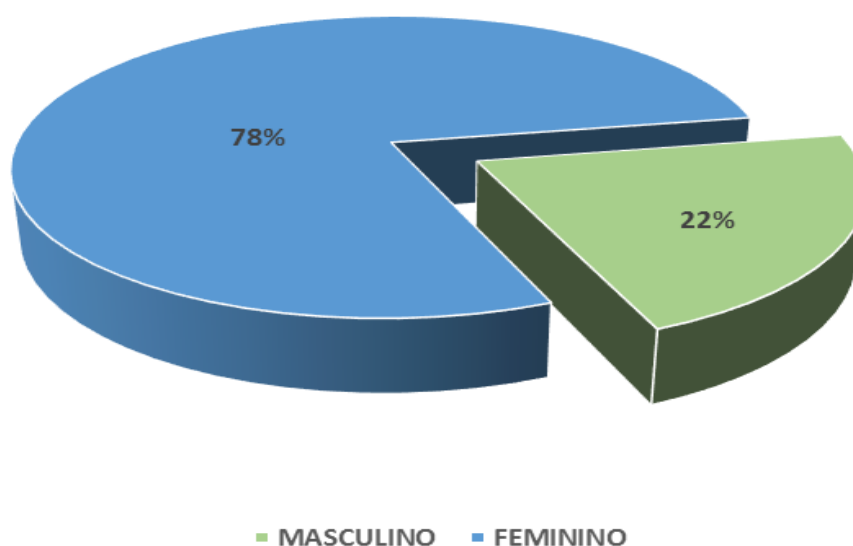
Figura 05 – Faixa etária dos estudantes



Fonte: Autor (2019).

Pode-se visualizar que a grande maioria dos estudantes que buscam o financiamento são jovens de 18 a 26 anos, sendo que a maior incidência é de alunos até 20 anos. A Figura 05, também demonstra que a instituição mantém um perfil com faixa etária variada.

Figura 06 – Classificação por sexo.

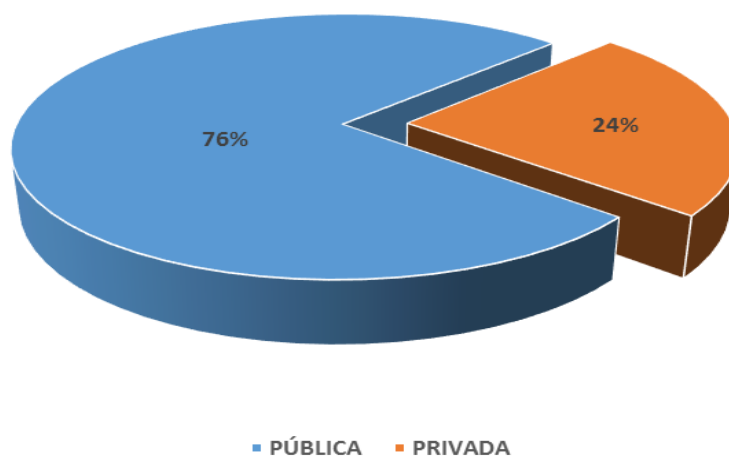


Fonte: Autor (2019).

Nota-se também a predominância do sexo feminino nos cursos de Enfermagem e de Psicologia, dentre a oferta de cursos da Instituição (Enfermagem, Psicologia, Administração e Tecnologia em Gestão Comercial).

A grande maioria dos ingressantes é remanescente de escola pública, como demonstra a Figura 07, a seguir:

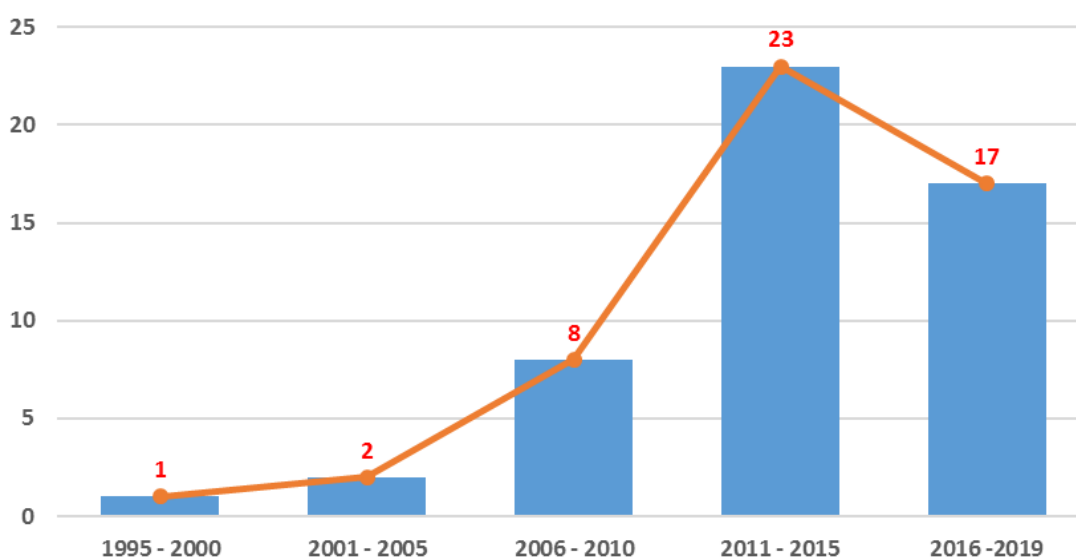
Figura 07 – Tipo de escola do Ensino Médio.



Fonte: Autor (2019).

De igual modo, a grande maioria dos ingressantes concluiu o ensino médio após 2010, sendo este um critério pontual para o acesso ao financiamento, sendo o mínimo de 450 pontos no ENEM, a partir de 2010.

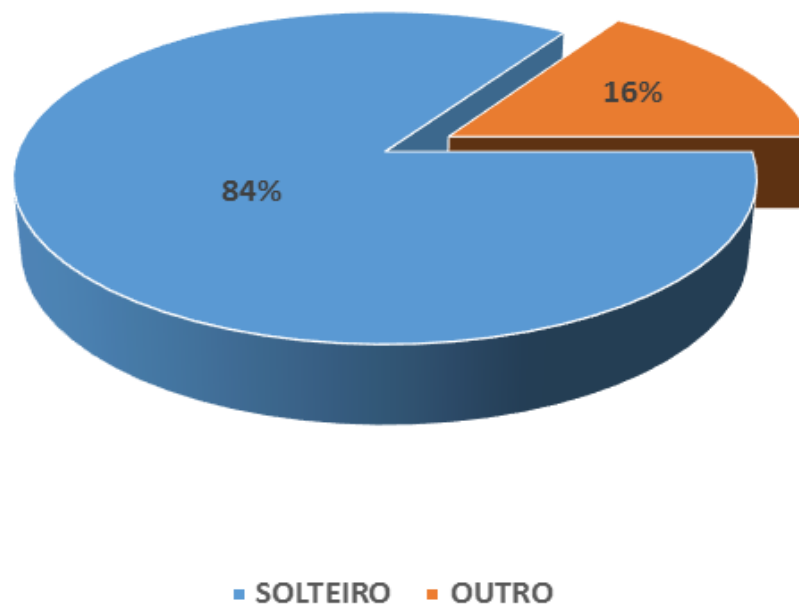
Figura 08 – Ano de conclusão do Ensino Médio.



Fonte: Autor (2019).

Este item oscila em decorrência da idade dos estudantes. Outro fator a ser considerado é que 2019 representa o ano base de reflexo nas mudanças do ensino médio e implantação do 9º ano, sendo que o Rio Grande do Sul não adotou período de transição. Justifica-se, por isso, esse gargalo no número de concluintes, tendo reflexo direto no número de ingressantes na graduação.

Figura 09 – Estado civil dos estudantes.

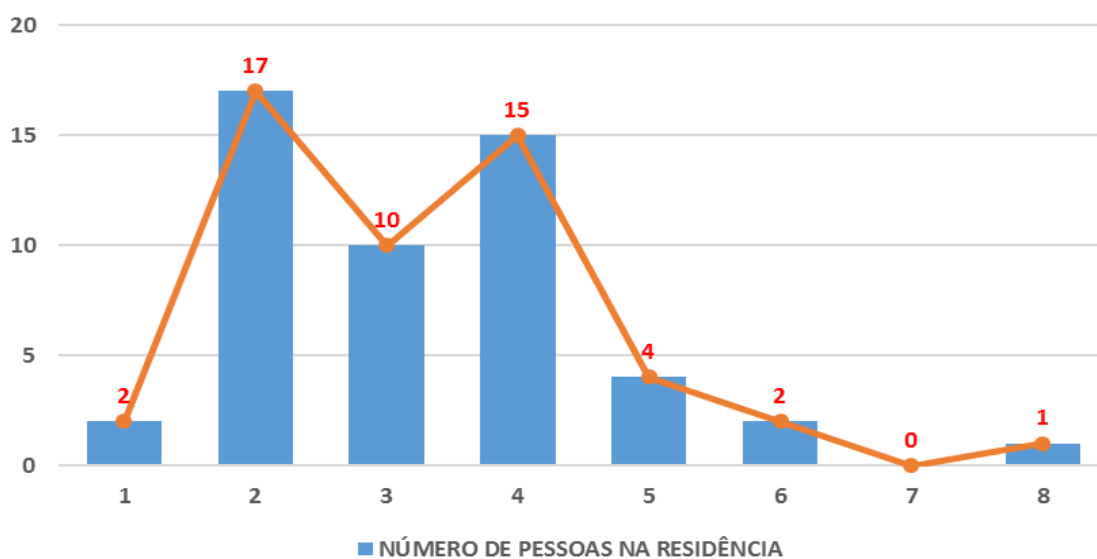


Fonte: Autor (2019).

Outro item avaliado para a formulação do perfil dos ingressantes é o estado civil. Neste item verifica-se que 84% dos ingressantes é solteiro, possivelmente por serem jovens e que ainda moram com os pais, como veremos na próxima figura.

Além da grande maioria ser solteiro nota-se, na Figura 10 a seguir, que a quantidade de pessoas na residência varia de 2 a 4 pessoas, sendo esta variação possivelmente reflexo de que a maioria, por serem jovens, ainda residem com os pais.

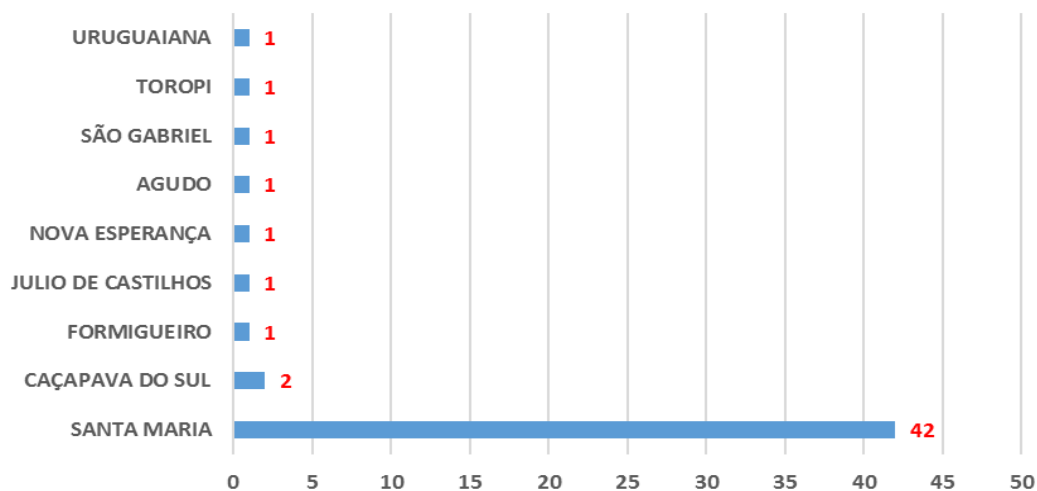
Figura 10 – Quantidades de pessoas na residência.



Fonte: Autor (2019).

Nota-se também que dos alunos que foram contemplados com o FIES no último processo seletivo, a grande maioria reside em Santa Maria, mas nota-se também que a instituição tem recebido alunos de toda a região, como demonstra a Figura 11, a seguir.

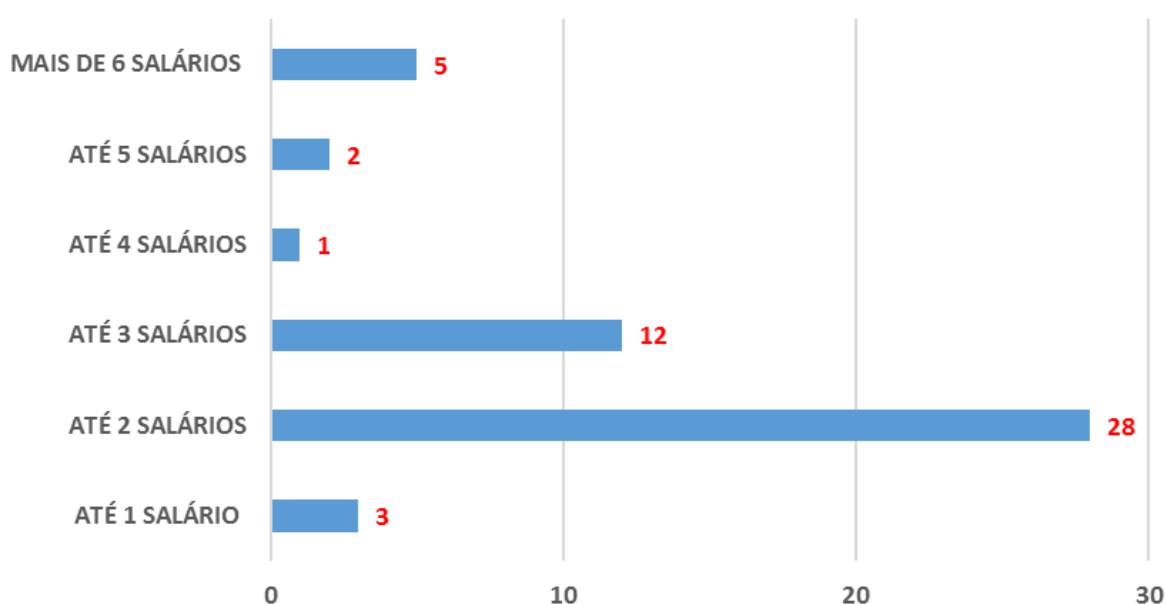
Figura 11 – Alunos por cidade.



Fonte: Autor (2019).

Outro dado importante e pontual para a permanência no ensino superior, é a renda familiar, pois se tratando de jovens, que possivelmente residem com os pais, este item é importante pois ampara e dá suporte nos estudos dos candidatos, e o gráfico mostra que a grande maioria tem renda familiar bruta de até 2 salários mínimos, como demonstrado na Figura 12, a seguir.

Figura 12 – Por renda familiar.

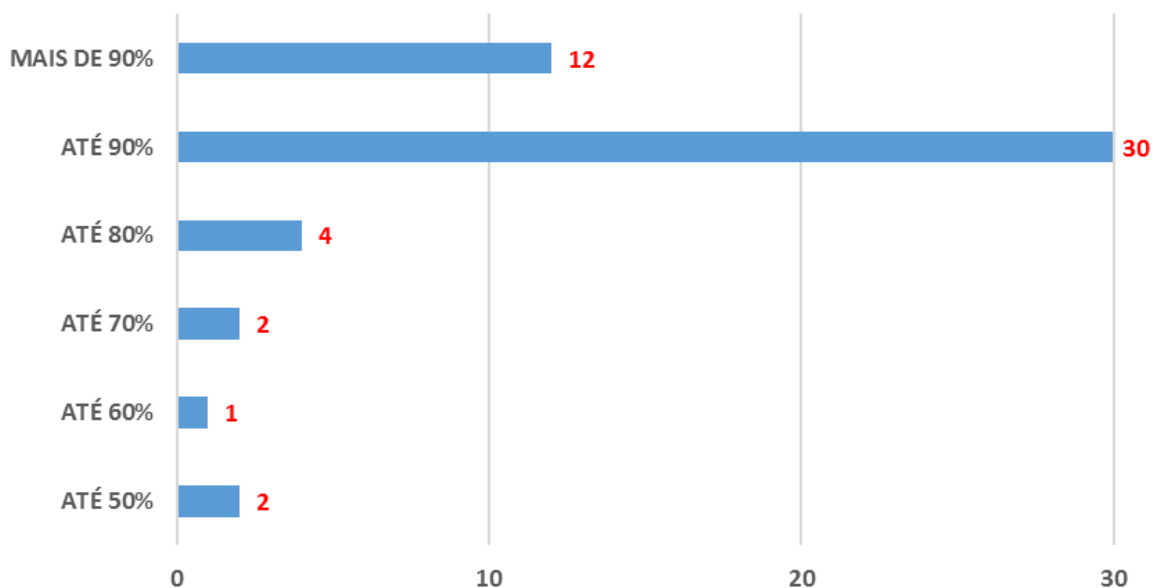


Fonte: Autor (2019).

Outro item importante para efeito de análise, refere-se ao indicativo de rendimentos próprios. Os dados mostram que mais de 59% dos selecionados não possuem renda e que 41% estão empregados ou recebem algum tipo de rendimento mensal.

Outro dado muito importante na formulação do perfil do estudante que foi contemplado pelo FIES, é o percentual de financiamento concedido pelo Governo, pois esse dado é muito valioso. A Figura 13, a seguir, mostra que a grande maioria conseguiu entre 81% a 90% de financiamento.

Figura 13 – Percentual de Financiamento.



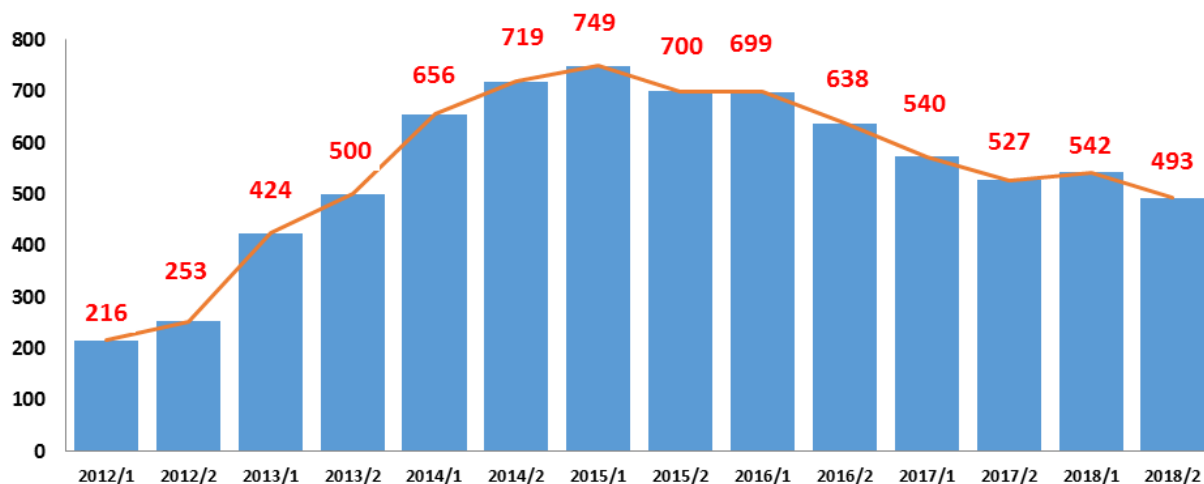
Fonte: Autor (2019).

Esse dado acerca do percentual de financiamento contratado em si, aliado aos dados anteriores, demonstram que o aluno irá desembolsar menos no período em que está cursando a Faculdade, facilitando o acesso e permanência no ensino superior. Isto é uma meta institucional que diminui a inadimplência e faz fluir o empreendimento da Faculdade e, ao mesmo tempo, garante o acesso e permanência ao ensino superior, cumprindo a sua finalidade.

4.2 QUANTITATIVO DE ESTUDANTE E A POLÍTICA PÚBLICA FIES

Foi levantado para entendimento desse movimento o número de alunos que utilizam o FIES ao longo do tempo na instituição pesquisada, conforme mostra a Figura 14, a seguir.

Figura 14 – Número de alunos com FIES.



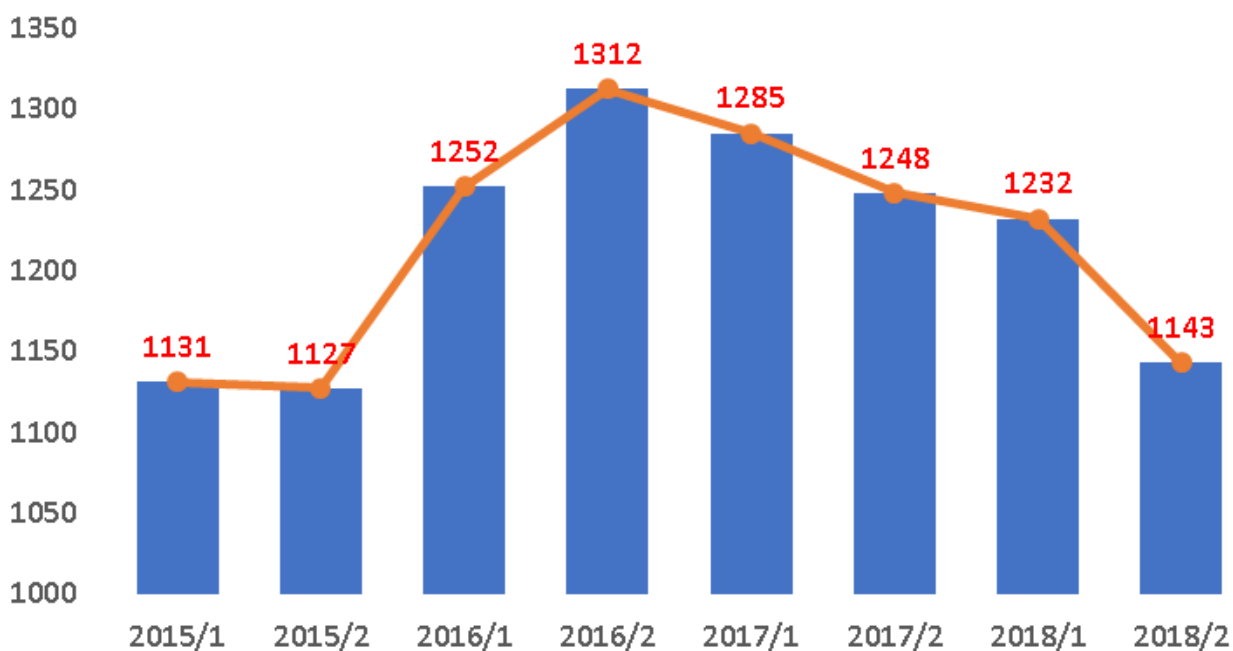
Fonte: Autor (2019).

Conforme pode ser visualizado nessa figura, é perceptível o crescimento e utilização do FIES a partir de 2012, tendo seu pico em 2015. Este último foi o momento em que a política passou por reforma e redução de vagas, por meio das medidas de restrição já abordadas. Tais medidas influenciaram diretamente o número de alunos, podendo-se também analisar declínio a partir de 2015, demonstrando a redução das vagas.

Outro aspecto a ser analisado foi o impacto no número de alunos da instituição, pois como mostrado, com a redução de vagas o financiamento estudantil trouxe reflexo para a manutenção do número dos estudantes, pois, sem o financiamento, a instituição adotou outras alternativas para tentar suprir a necessidade de quem necessitava algum benefício para quem deseja estudar, demonstrando assim uma dificuldade em manter e captar novos estudantes.

Com o auxílio do SEDOC – Setor de documentação, o setor responsável pelo controle de alunos, foi levantado o número de alunos desde 2015, recorte este importante, pois foi nesse período que se consegue perceber a redução do FIES, conforme a Figura 15, a seguir.

Figura 15 – Número de alunos da graduação na FISMA.



Fonte: Autor (2019).

Como podemos perceber na figura acima, a Instituição objeto de estudo vem a cada semestre, reduzindo o seu número de estudantes, podemos afirmar que essa redução se deve ao número reduzido de vagas do FIES, e também ao cenário político e econômico do Brasil.

Após a análise do número de estudantes, é importante também identificar o impacto na receita da Institucional, tendo em vista que a maioria dos estudantes são beneficiários do FIES.

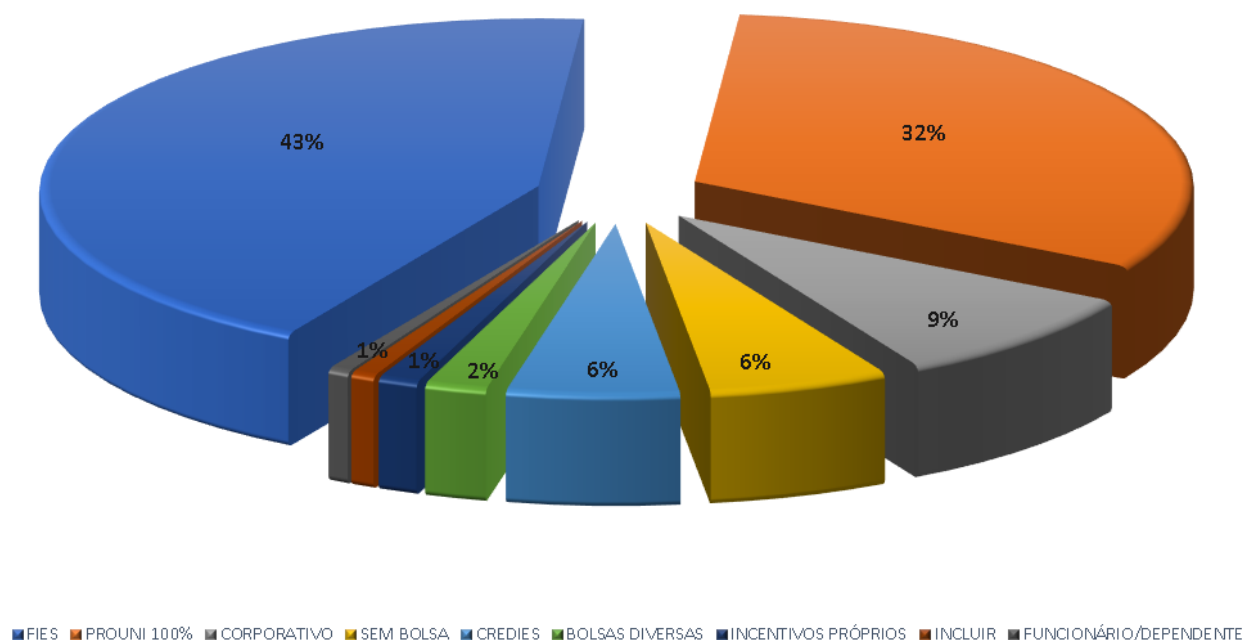
4.3 IMPACTO NA RECEITA COM A REDUÇÃO DAS VAGAS DO FIES

Como apresentado anteriormente, pode-se verificar que o número de contratos do FIES, bem como o número de estudantes da Instituição objeto de estudo, vem

diminuindo a cada semestre. Nesse contexto, será analisada a importância do FIES, bem como o reflexo financeiro da política na Instituição pesquisada.

Aspecto este muito importante, pois 75% dos estudantes são beneficiados por alguma política pública, seja FIES ou PROUNI. Como a temática desta pesquisa é o FIES, o benefício que proporciona retorno no fluxo de caixa mensal, a seguir, na Figura 16, pode-se observar a dimensão do cenário atual e da distribuição dos benefícios.

Figura 16 – Alunos por benefício.

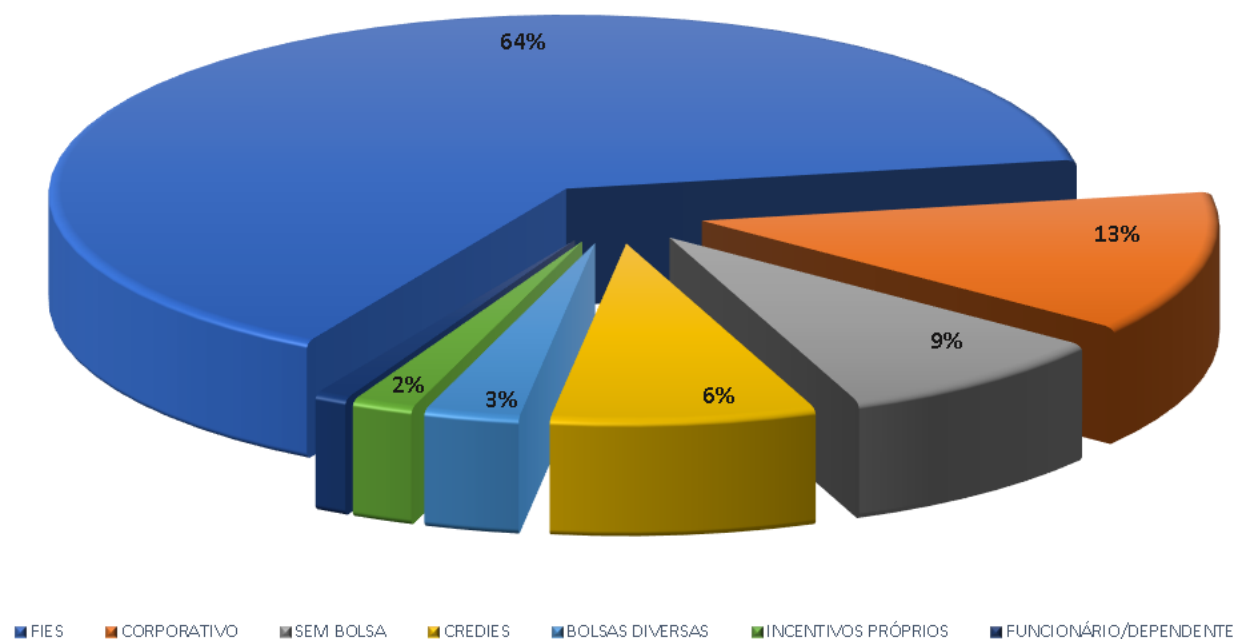


Fonte: Autor (2019).

Como referenciado anteriormente é importante ser analisada, também, a distribuição sem o PROUNI e sem o INCLUIR, pois estes dois são programas sem impacto direto no fluxo de caixa mensal, mas sim no abatimento do imposto de renda. Ou seja, dependendo do faturamento, a instituição tem a opção de, ao invés de pagar a alíquota do imposto, reverter o mesmo em bolsas de estudos. Portanto, para uma análise mais real do impacto da redução das vagas do FIES foi retirado o PROUNI e INCLUIR, para dar a dimensão mais pontual sobre esse item, pode-se visualizar nesta

análise que a grande maioria da receita da instituição deriva do Financiamento Estudantil – FIES, conforme Figura 17, a seguir, levando-se em conta o cenário atual.

Figura 17 – Benefícios por arrecadação.



Fonte: Autor (2019).

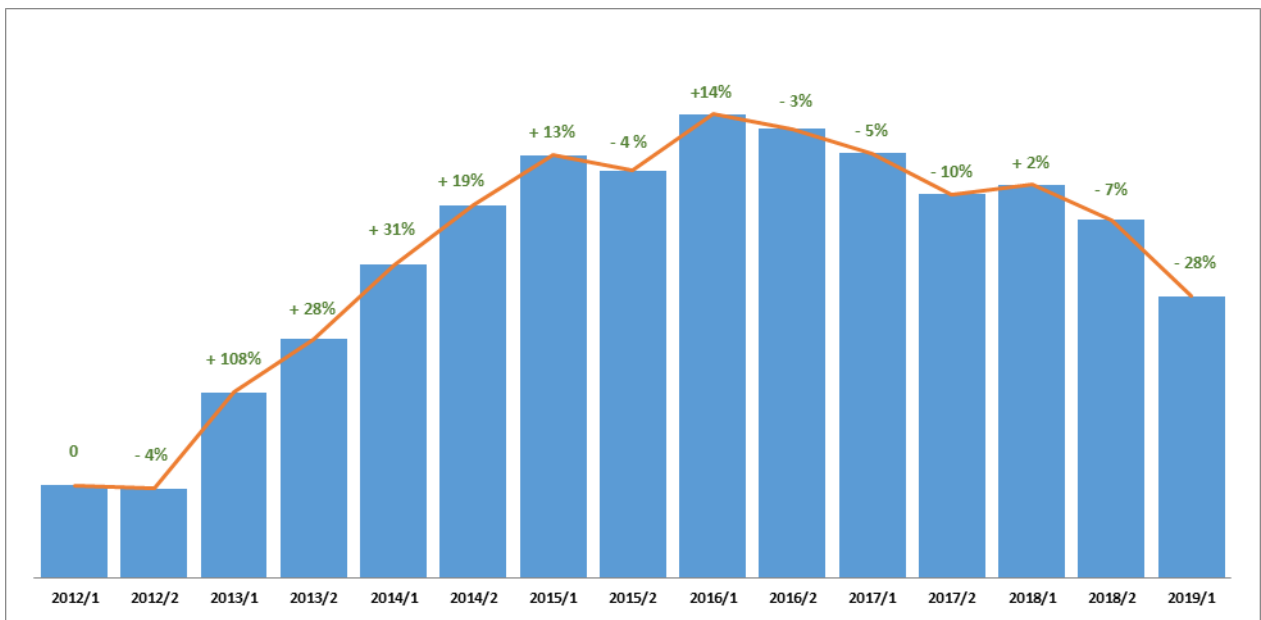
Esses dados indicam que 64% dos alunos pagantes dependem do FIES, lembrando ainda, que os benefícios restantes são descontos. Este índice ainda é mais reduzido, se for levado em conta que, com o FIES, a Instituição recebe o valor da mensalidade quase que em sua totalidade, sendo descontado apenas as taxas próprias do programa; já nos outros benefícios, como o corporativo, a média de desconto é de 30%, corroborando ainda mais para a importância e dependência do FIES para a instituição.

Para uma análise mais objetiva, da média mensal semestral, foi realizado um levantamento na receita do programa, permitindo a real dimensão de qual foi o impacto da redução das vagas do FIES no fluxo de caixa da Instituição e conhecendo, assim, as

principais dificuldades que os gestores tiveram ao longo desses anos para suprir esse déficit do programa.

Em relação a esta análise, pode-se conferir o declínio na evolução da receita FIES, tendo como recorte temporal os últimos 6 anos, período em que o programa teve crescimento e mudanças em determinado momento, como pode ser observado na Figura 18, a seguir.

Figura 18 – Oscilação da Receita FIES.



Fonte: Autor (2019).

Como pode-se identificar, desde 2016/2 a receita derivada do FIES vem reduzindo. Levando em conta a questão da inflação, juntamente com o aumento das mensalidades - na FISMA anuais, tentando acompanhar o índice oficial de inflação. Pode-se concluir, que de acordo com a redução no número de alunos, e também na redução da receita, que as mudanças no FIES, tiveram impacto direto nas operações da Instituição.

4.4 OS GESTORES ACADÊMICOS E SUAS PERSPECTIVAS

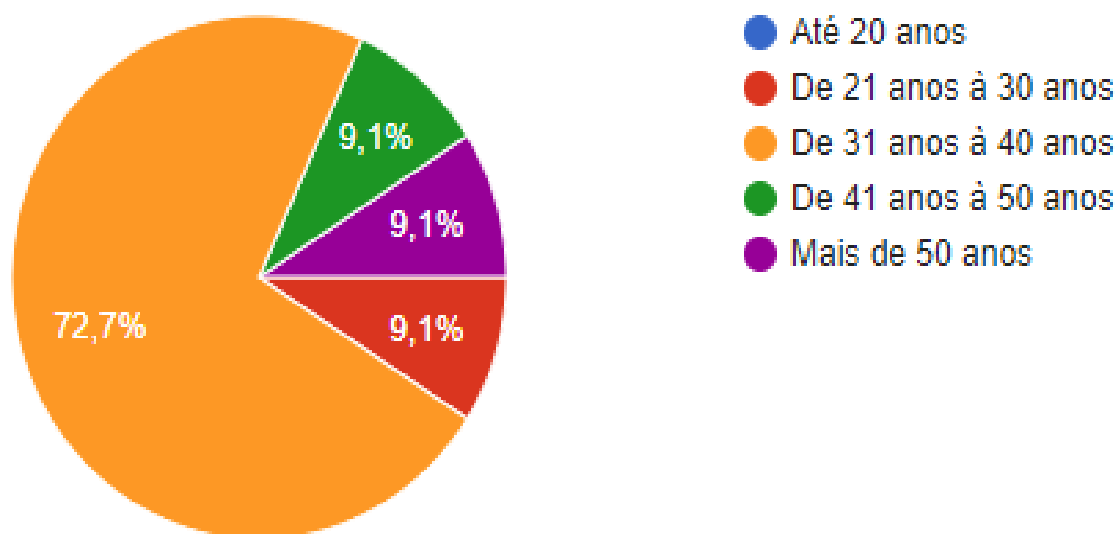
Nessa seção serão apresentados os resultados da entrevista online com gestores chave dentro do processo do FIES, pois são colaboradores diretamente envolvidos nas rotinas diárias e em diversos setores, como coordenação de cursos, secretaria geral, atendimento, dentre outros.

Conforme já descrito, foi utilizada a ferramenta Google Forms para realizar o levantamento dos dados, sendo encaminhado a 15 colaboradores. Dos 11 entrevistados, a pesquisa mostrou que 27,3 % são do sexo masculino e 72,7% são do sexo feminino.

Esta constatação vai ao encontro do quadro geral da Instituição, com 155 colaboradores entre professores e técnicos administrativos e, deste total, 70% são do sexo feminino e ocupam cargos dos mais variados, desde coordenação dos cursos e também grande parte da coordenação dos setores.

A Figura 19 a seguir, apresenta o quadro dos gestores por faixa etária.

Figura 19 – Gestores por faixa etária.

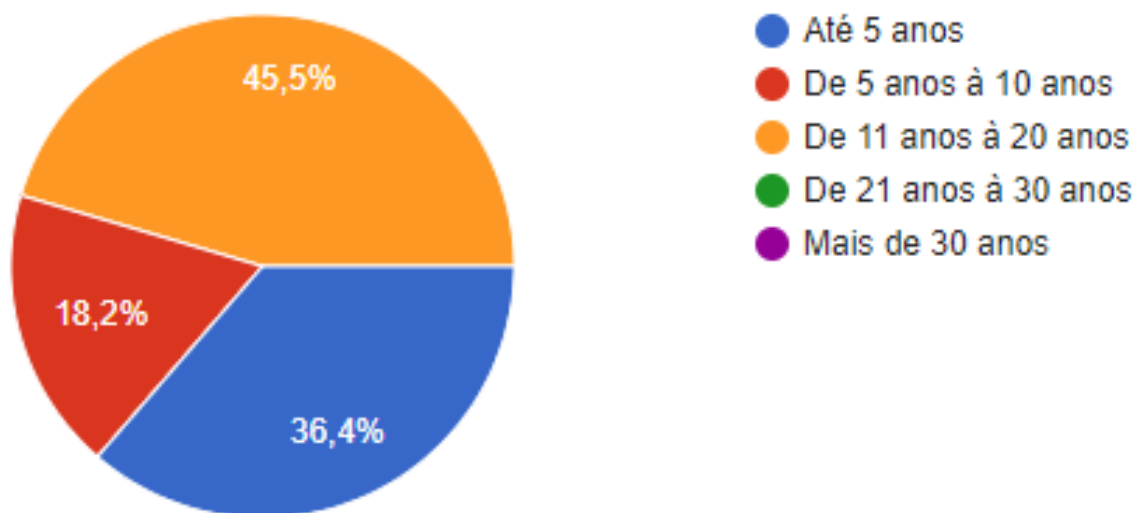


Fonte: Autor (2019).

A pesquisa demonstra também que grande parte dos entrevistados tem de 31 anos a 40 anos, representando mais de 72% dos entrevistados, cabe frisar que os entrevistados possuem as mais diversas idades.

Outro item pontual é o tempo de experiência no Ensino Superior, e os dados mostram que mais de 45% dos entrevistados, possuem mais de 10 anos de experiência no Ensino Superior, como docentes ou técnicos administrativos, mostrando vivência e conhecimento das rotinas, demonstrado na Figura 20, a seguir.

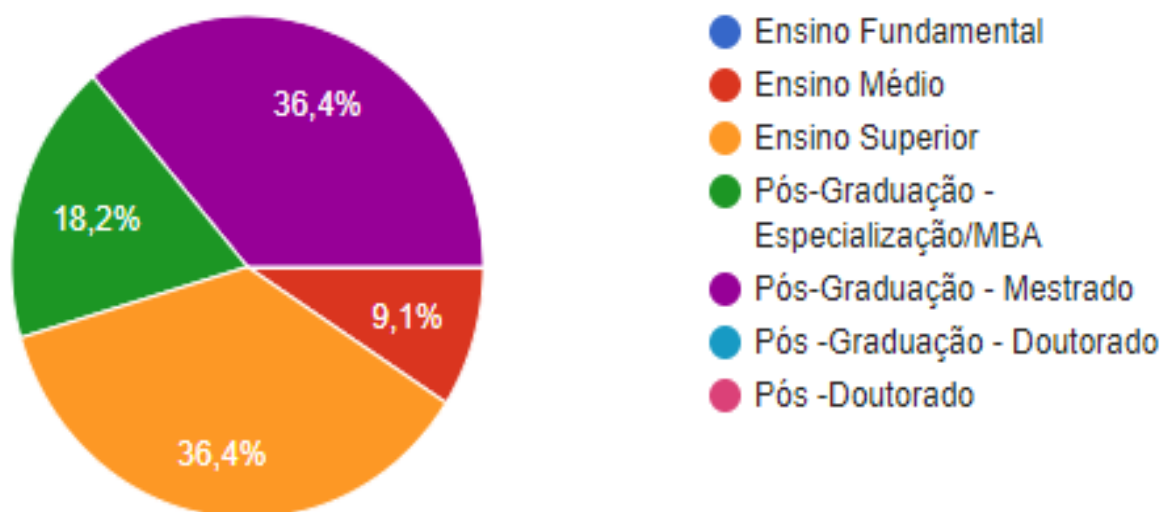
Figura 20 – Tempo de experiência no ensino superior.



Fonte: Autor (2019).

A formação acadêmica também é um item importante nesta análise. Os dados da entrevista demonstram que a maioria dos entrevistados possuem graduação e pós-graduação em diversos níveis. Portanto, é um quadro qualificado para desempenhar as funções necessárias, tendo em vista que os entrevistados englobam tanto docentes como técnicos-administrativos, como demonstra a Figura 21, a seguir.

Figura 21 – Formação acadêmica.



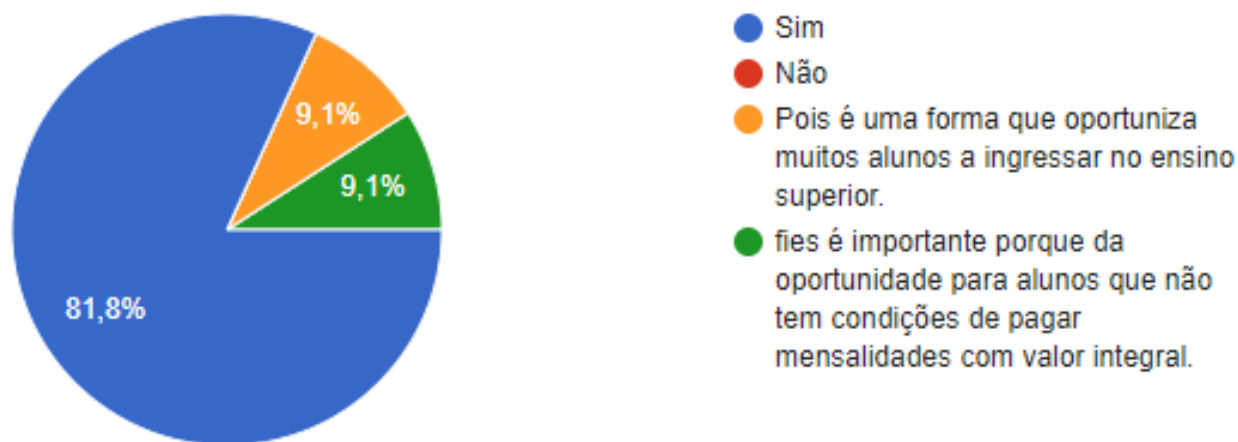
Fonte: Autor (2019).

Outro dado importante e que merece cuidado, refere-se ao fato de que a maioria dos entrevistados – 90,9%, não possuem formação em gestão educacional, dando um indicativo de necessidade de aprimoramento e formação, para assim melhorar a eficiência nas atividades desempenhadas.

Com referência à temática da pesquisa, o primeiro questionamento acerca do FIES, foi se os entrevistados conhecem o programa. Os dados mostram que 90,9% tem conhecimento sobre o programa e 9,1 % já ouviu falar, formando 100% dos entrevistados.

A Figura 22, a seguir, indica que todos os entrevistados julgam o FIES, uma política importante para a Instituição e ainda relataram que oportuniza o ingresso para alunos que não tem condições de pagar uma mensalidade de valor integral.

Figura 22 – Importância do FIES.



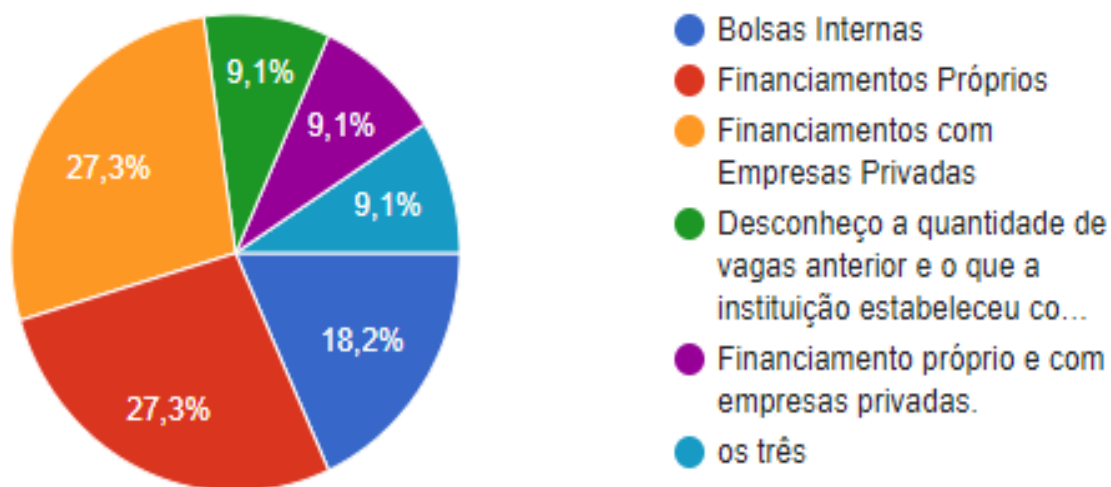
Fonte: Autor (2019).

Quanto ao crescimento, a partir do FIES, fica evidenciado que a Instituição obteve crescimento a partir do FIES, demonstrando que 100 % dos entrevistados, além de conhecer a política pública, também a julgam importante para o crescimento da Instituição.

Outro questionamento, só que de forma aberta, onde o entrevistado pode expressar sua opinião pessoal descritiva, foi se o mesmo, no período entre 2012 à 2018 percebeu alguma mudança no programa. Os entrevistados relataram que houve redução de vagas e que os requisitos de seleção ficaram mais rígidos, dificultando o processo para sua obtenção.

A Figura 23, a seguir, indica as estratégias utilizadas sem o FIES.

Figura 23– Estratégias sem FIES.



Fonte: Autor (2019).

Os dados demonstram que os entrevistados sabiam que, no período de redução das vagas do FIES, a instituição adotou outras estratégias para captação de estudantes, e os entrevistados mostraram que a Instituição adotou as diversas formas para tentar preencher as vagas.

Outra pergunta bastante importante, foi se o Novo FIES atende às necessidades dos estudantes. A maioria dos entrevistados demonstrou não conhecer as propostas do Novo FIES, levantando, então, a necessidade de se trabalhar essa informação e promover uma sensibilização e esclarecimento da política para o público interno.

No último questionamento da pesquisa, levantou-se a possibilidade de que se o governo acabasse com o FIES, como os entrevistados projetariam os próximos anos. A grande maioria respondeu que dificultaria muito o acesso ao Ensino Superior, tendo em vista que o FIES dá a oportunidade para aquele que não consegue pagar o valor da mensalidade.

4.5 VISÃO DOS DIRETORES INSTITUCIONAIS

Os pontos de vista dos diretores institucionais sobre o programa fundo de financiamento estudantil – FIES conferem importância à reflexão, para que se compreenda o posicionamento e a visão da gestão para os próximos anos, levando em conta as estratégias já utilizadas e também o que pretendem para os próximos anos.

As entrevistas foram realizadas no mês de março de 2019, sendo entrevistados o diretor e vice-diretor da Instituição, escolheu esta que se deve ao fato de que os dois tiveram vivência em todo o período do recorte temporal e que o seu pensamento ajudará no objetivo da pesquisa.

O primeiro questionamento aos entrevistados foi “por que a instituição aderiu o FIES?”. O entrevistado 1 menciona que quando assumiu a instituição, a mesma já tinha aderido ao FIES e que ele acredita que a adesão foi para um incremento de receita e por causa da facilidade no ingresso naquele período. O entrevistado 2 relata que a adesão do FIES em 2010, nos novos moldes, sem a necessidade de fiador e com juros reduzidos, motivou-se pela necessidade de captar alunos e que, naquele momento, a FISMA foi a primeira a explorar essa política pública e usá-la como diferencial de mercado. Nota-se, com base nas respostas que a adesão ao FIES em 2010, já com uma nova proposta e com facilidades, serviu para captar mais alunos e para aumentar a receita da instituição.

Outro questionamento importante foi sobre a transição do FIES nos moldes antigos para um programa novo em 2010, sem necessidade de fiador, e com juros reduzidos. A pergunta foi “como os gestores fomentaram esse programa totalmente reformulado?”. O entrevistado 1 relatou que o programa nos moldes anteriores inibia o acesso, tanto pela necessidade do fiador como também pelos juros elevados. Com a mudança do Programa, a Instituição aderiu ao Fundo Garantidor, onde a própria instituição agia como fiador dos estudantes e tiveram que “catequizar” os alunos para convencê-los que o FIES era uma grande possibilidade de ingressar no ensino superior.

O entrevistado 2 relata que a mudança foi muito importante, porque abriu a possibilidade de pagar os impostos e que na época a FISMA foi a primeira instituição a trabalhar de maneira social com esses benefícios e que não havia na comunidade esse

discurso sobre a importância dessa decisão. Então, a instituição fez campanha nas escolas, nas empresas da região, porque percebeu que essa política poderia ser revertida em recursos financeiros, além do abatimento dos impostos.

Outro questionamento foi a respeito do aumento do número de vagas devido as facilidades do programa no período de 2010 a 2014. O diretor da instituição mencionou que com o trabalho realizado, de convencimento e detalhamento, a instituição teve um crescimento quase que linear, chegando a ter em 2014/2015 em torno de 650 contratos e que de lá para cá começou a declinar.

O entrevistado 1 acredita que a aumento das vagas e a facilidade ajudou a instituição, porque o aluno da FISMA tinha um perfil diferente. No início não era nem os 450 pontos, era apenas provar que tinha feito o Enem a partir de 2010 e querer aderir ao FIES, o que, evidentemente, ajudou muito a trazer alunos, sendo isso fundamental.

Com relação à nova regulamentação do FIES em dezembro de 2014 e a nova proposta de financiamento, inquiriu-se os gestores para avaliarem impacto positivo ou negativo no programa. O entrevistado 1 apontou que isso foi no final de 2014 e afetou os ingressantes de 2015, pois os mesmos ingressaram com a expectativa de que conseguiriam o FIES e isto não aconteceu. A Instituição se sentiu corresponsável e, para não gerar frustração nos alunos, criou uma alternativa onde os mesmos iriam continuar estudando até que conseguissem o FIES. Essa estratégia abrangeu em torno de 60 a 70 alunos, porém as mudanças engessaram o processo e dificultaram para a instituição e para o aluno, pois muitos não tinham os 450 pontos do ENEM; outro fator limitador foi a renda, pois alguns queriam o FIES, mas a renda era maior que a permitida e o programa já não garantia mais os 100% de financiamento.

O entrevistado 2 relata que se a pergunta se refere à instituição, tende para um impacto negativo, mas como política pública, acredita que precisa ser melhorada. A mudança no início de 2015 trouxe dificuldades e isto foi nocivo para as Instituições, mas como política de estado, era mais do que necessária, em função desse descontrole em relação a um desajuste financeiro. Desta conjuntura vem o principal ponto negativo, porque era necessária uma mudança, mas não realizada de maneira intempestiva e desfocada do interesse público como política afirmativa, retirando o caráter social do FIES. As mudanças prejudicaram a instituição, de alguma forma, mas

fundamentalmente prejudicaram os ingressantes; a FISMA, já defendia mudanças drásticas com marcos regulatórios bem definidos, mas estas mudanças deveriam ter sido feitas com uma discussão maior e mantendo o cunho social do programa. As instituições e os estudantes estão indiretamente pagando o preço pelo descontrole dos últimos três ou quatro anos.

Outro ponto abordado, refere-se às estratégias utilizadas nesse período de redução de vagas. O entrevistado 2 relata que foi algo intempestivo e abrupto com o objetivo de fazer uma contenção de gastos e não uma discussão mais aprofundada; com os alunos a estratégia foi não os deixar na mão, então desenvolveu-se alternativas para todos que estavam aptos ao FIES e tinham essa expectativa, estando cursando o semestre. Foi feito um termo (contrato) e foi acertado que eles não seriam obrigados a ter compensação financeira por parte deles até o final do curso, se fosse necessário, desde que se mantivessem aptos a usar o PROUNI ou FIES que viesse pela frente. A partir desse momento começou uma mudança muito grande e nenhuma política compensou as perdas que se teve, o ritmo de crescimento e a capacidade orçamentária disponível para se investir em qualidade se perdeu. A estratégia utilizada não foi correr atrás de uma compensação equivalente à perda, pois seria uma ilusão diante do cenário de recessão econômica no Brasil; então a estratégia utilizada foi fazer aquilo que o estado deveria ter feito, ou seja, considerar o tamanho da instituição, fazer com que esta tivesse o tamanho da sua capacidade produtiva, sendo necessário desonerá-la em muitas coisas, enxugar, fazer mudanças administrativas, mudanças acadêmicas, tendo em vista os próximos 5 anos sem crescimento significativo no número de alunos.

O entrevistado 1 argumentou que esse período foi crítico para a Instituição, primeiro pelas dificuldades no sistema do FIES, pela redução no número de vagas, pelos critérios adotados para seleção e principalmente pelo descrédito que os alunos tiveram, pois não tinham mais a certeza de que iam ter o financiamento, ficando este desacreditado pela comunidade acadêmica. Muitas Instituições nesse momento deixaram de aderir ao FIES e o número de vagas, em um primeiro momento, foi muito reduzido. Como as vagas não estavam sendo ocupadas, passando a ter vagas ociosas, como sempre a instituição aderiu ao FIES a sua condição também foi melhorando. O entrevistado 1 relatou ainda que, pelo descrédito do FIES e pela

limitação de financiamento, antes de 100%, obrigava o aluno a pagar uma parcela, passou-se a ter vagas ociosas e esse conjunto de dificuldades, coincidindo com a crise econômica e política, desmotivou os alunos e nos últimos 2 anos a Instituição teve mais vagas do que candidatos para preenchê-las.

Outro ponto abordado na entrevista foi com relação ao Novo FIES de 2018, que mais uma vez foi reformulado. Foi questionado como os gestores avaliam essa mudança e as perspectivas para os próximos anos? Neste item, o entrevistado 1 sinaliza que a mudança é mais favorável do que o FIES anterior, porque o aluno pode aderir ao FIES sem juros. Porém, nem assim o aluno está aderindo, nem está sendo atrativo, pois está sobrando vagas. Os alunos com grande dificuldade econômica poderiam ter FIES muito próximo a 100%, com juros zero e não estão aderindo; isso significa descrédito e desmotivação, por conta da atual crise política e econômica, acreditando que nos próximos anos vá melhorar e que tem comentado com o grupo de gestores que se deve retomar a política de esclarecimento sobre o FIES para as novas gerações.

O entrevistado 2 argumenta que o Novo FIES, é uma política que tende a desaparecer, pois perdeu todo seu caráter social como política, pois assistia pessoas que precisavam de financiamento e também sua atratividade diminuiu muito, então você tem três elementos, primeiro que as instituições deixaram de investir, porque essa nova regra elas são coo participadoras da inadimplência, esse é o primeiro ponto mas ele sozinho não seria um empecilho, apenas diminuiria o desenvolvimento por parte das instituições, também é uma política muito frágil, muito instável que impede as instituições a criarem estratégias para investir, pois não conta com um orçamento regular, pois não se sabe se no próximo semestre ou ano ao invés de 100 vagas só terá 20, essa instabilidade fez muitas instituições pararem, pensarem e reduzirem a uma meta de até 10% de FIES, e o segundo e o terceiro item que faz com que desapareça é que a parte da 50% das vagas foram destinadas de certa forma na gestão do financeiro, pois antes o juro baixo era muito atrativo e as instituições tinham autonomia muito grande na gestão e captação e contratação do aluno, e no momento que você entrega essas vagas para o setor privado, você passa a ter uma análise de crédito nas regras gerais do mercado, isso por si só já exclui muitas pessoas, além da burocracia e

aumenta o transtorno para o aluno, acredito que no mínimo de 50% dos usuários do FIES eram dos cursos noturnos do setor privado e destes mais de 70% eram trabalhadores, portanto tem toda uma logística que dificultou para a vida das pessoas. O entrevistado 2 acredita que a perspectiva é pouco otimista, e que só deve melhorar se houver uma discussão da viabilidade e sustentabilidade do programa sem perder o caráter social, isso não foi feito ainda e enquanto não for feito isso tende a acabar ou ficar próximo a zero, já o diretor acha que muitas Instituições que teriam poder político para influenciar em uma mudança, não estão mais participando do FIES, e acha que quem tem condições de encaminhar algum pleito sobre isso é a ABMES – Associação Brasileira da Mantenedoras do Ensino Superior que tem poder político em Brasília.

Perguntou-se também como os gestores avaliam o FIES ao longo desses anos? O entrevistado 1 argumenta que foi um programa interessante e importante para muitos alunos e que politicamente é um bom negócio, e que não é só uma política que vem beneficiar quem precisa, é uma política interessante para o Estado, porque o custo de um aluno em uma Instituição Privada é em torno de 3 vezes menor do que em uma Instituição pública, então ela é boa desde que seja regulamentada e bem regulada, e que deveria ser oferecido e mantido essa política para as instituições sérias e ainda aumentar a fiscalização, e se você disponibilizar esses recursos e injetar no setor privado regulando a qualidade dos cursos e das instituições com base nas políticas de desenvolvimento até mesmo do PNE.

Outro questionamento abordado é se os gestores têm noção do índice de evasão nesses últimos anos? O entrevistado 1 menciona que o índice de evasão é relativamente entre 6% a 8%, mas a tendência de aumentar o número de pagantes é que o índice aumente também, já o entrevistado 2 menciona que a Instituição tem esse controle que é feito semestralmente e que em relação com o FIES tendem a evadir menos, mas outro atenuante é a crise econômica, pois os usuários de políticas públicas tendem a ser vulneráveis economicamente e socialmente, e como é difícil ter 100% de financiamento aqueles R\$100 ou R\$200 reais já atinge a vida deles.

Outro ponto abordado na entrevista é qual o modelo de gestão utilizado pela FISMA? O entrevistado 1 menciona que o modelo de gestão é mais vertical, com liberdade de participação de todos os pertencentes a comunidade, e que recebem

sugestões e liberam a participação dos colaboradores, mas por ser uma empresa a decisão é da direção e flexibiliza muito isso, dando liberdade de todos participarem, e que esse modelo tem ajudado muito a instituição e à medida que os colaboradores vão conhecendo as tarefas vão tendo a oportunidade de desenvolver seu potencial. O entrevistado 1 ainda menciona que as vezes parece que a direção é centralizadora, mas as vezes é porque não tem no grupo pessoas habilitadas ou com conhecimento suficiente para ter uma autonomia na gestão, e na medida em que vão tendo esse domínio e esse conhecimento vão tendo mais autonomia, e o resultado tem aparecido na colaboração.

O entrevistado 2 avalia a gestão como marcada por uma visão mais clássica e tradicional, de verticalidade e as tentativas que se tem, de inovar e introduzir tecnologias são muito incipientes e sofrem muita resistência, isto porque a instituição preserva com muita força alguns valores tradicionais e, portanto, resiste às mudanças. Então, acredita na mudança cultural; e hoje como se iniciou um processo de mudança, os pilares da instituição se dão em cima de bases conservadoras e de tendência tradicional e esse modelo de gestão precisa ser revisto sob pena de sucumbir administrativamente e principalmente financeiramente.

No próximo capítulo, as informações que se constituem no banco de dados da pesquisa convergirão não apenas para a sistematização, mas também tendo em vista delinear uma proposição para que um dos maiores indicadores de impacto, a evasão, seja amenizada, se não revertido, como proposta de gestão.

5 ESBOÇO DE UMA PROPOSTA DE NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DE EVASÃO – NUACE

Como produto ou intervenção, com base nos relatos e evidenciando as dificuldades e também o cenário atual, onde a instituição tem poucas vagas do FIES, as estratégias para captação e permanência dos estudantes são de grande importância, pois irão garantir uma estratégia de gestão permanente de fidelização com o estudante.

Acredita-se que a criação do Núcleo de Acompanhamento e Controle de Evasão – NUACE seja de relevância, perante as dificuldades do cenário atual. O NUACE será um órgão estratégico da FISMA ligado ao Serviço de Atendimento ao Estudante - SAE, que tem como objetivo, monitorar, mapear e proporcionar ações que aumentem a eficácia no pós-venda nos cursos de graduação da instituição.

É um núcleo que visa a atender às necessidades institucionais, aproximando os setores financeiro, pedagógico e administrativo, a fim de auxiliar no combate e prevenção da evasão, bem como proporcionar alternativas que atendam aos interesses institucionais.

O NUACE terá as seguintes atribuições, a seguir elencadas.

- Mapeamento e acompanhamento de frequência dos estudantes (principalmente do início de cada período letivo) para compreender possíveis desistências.
- Criar e alimentar um Banco de Dados dos estudantes, a fim de identificar a melhor situação para cada contexto de dificuldade dos estudantes.
- Realizar o pós-venda, a fim de compreender os motivos que fizeram o estudante evadir, para assim tentar formular alternativas para o seu retorno.
- Atender os interessados em cursos de graduação, auxiliando-os para a melhor alternativa em cada situação, para assim contribuir para a redução nos índices de endividamento e também de possível evasão.
- Encaminhar ao setor pedagógico casos em que a evasão ou intenção de evasão, derive de problemas de horários ou dificuldades pedagógicas, para assim tentar auxiliar no processo de aconselhamento para cada caso.

- Conduzir situações viáveis para estudantes com vulnerabilidade social ou dificuldades financeiras, a fim de tentar negociar de forma mais particularizada as dívidas, auxiliando na manutenção do estudante dentro de suas condições e capacidade de pagamento.

Por ser um núcleo estratégico e de assessoria nos processos internos, estaria vinculado ao Serviço de Atendimento ao Estudante – SAE, contando com o Coordenador do Setor e estagiários do curso de administração e psicologia, a fim de pensar de maneira estratégica, possibilidades que atendam aos objetivos e atribuições do núcleo, em dois encontros semanais a fim de organizar e desempenhar as atividades a serem desenvolvidas.

Por ser um núcleo estratégico, o NUACE irá necessitar de uma estrutura específica para à produção dos relatórios e documentos que permitirão expor o desenvolvimento das atividades, além de sistema de comunicação para realização das atividades de pós-venda, afim de aproximar o núcleo ao estudante que quer ingressar, reingressar ou permanecer na Instituição.

Paralelo às necessidades específicas relativas ao recorte temático, FIES, observou-se o desejo de estratégias inovadoras de gestão, rompendo com a visão clássica ou tradicional. Vive-se em uma época de ruptura de paradigmas, frente à dinâmica das transformações engendradas na cultura digital. Trata-se de um tempo em que as respostas devem vir no tempo certo. Se vierem rápido demais não serão compreendidas e se a espera for demasiada perde-se a ocasião da inovação, de apresentar à sociedade o diferencial da Instituição. Este estudo instiga o pesquisador a aprofundar o conhecimento agora iniciado em novas direções investigativas.

Portanto, não se pode colocar, nesta dissertação, deixar de registrar que o estudo das políticas públicas e gestão educacional trouxe a compreensão de que na atualidade as organizações melhor sucedidas são aprendentes, a partir do olhar crítico à própria história, convergindo as diferentes operações para a gestão inovadora dos processos que estrategicamente deverão imprimir os princípios de uma gestão colaborativa, a partir das diferentes competências, pessoais e coletivas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise econômica e política no Brasil vem afetando diversos setores e causando impacto direto na população, seja na saúde, na educação, nas finanças pessoais, entre outros hábitos do cotidiano, onde todos têm que se adaptar para conseguir enfrentar os desafios do dia a dia. A educação é uma das instâncias sociais mais importante e capaz de transformar uma sociedade e, junto com todos os outros desafios, também passa por grandes dificuldades.

Neste contexto, os objetivos desta pesquisa foram alcançados, pois conseguiu-se ter a percepção dos gestores universitários à frente das dificuldades enfrentadas, bem como os mesmos enfrentaram a situação. Conseguiu-se também, de maneira ilustrativa, visualizar o real impacto do FIES como política pública dentro do recorte temporal, tanto na redução do número de alunos ao longo desses anos, bem como o impacto financeiro que a falta desse tipo de financiamento gera nas operações institucionais.

Conseguiu-se também mapear o perfil do aluno ingressante no FIES, sendo que basicamente são jovens com vulnerabilidade financeira, buscando qualificar-se para assim conseguirem se colocar no mundo do trabalho. A grande maioria mora com os pais e é remanescente de escolas públicas e conseguiram financiar mais de 80% do valor da mensalidade.

Compreendeu-se, conforme os dados apresentados no estudo, o perfil dos gestores educacionais e também como os mesmos avaliam o FIES como uma política muito importante, tanto para os estudantes como para a manutenção e sustentabilidade das Instituições de Ensino Superior privadas, sendo que um possível corte nesta política, poderia gerar um cenário de extrema dificuldade.

Verificou-se ainda que para reduzir o nível do impacto, uma gestão mais colaborativa auxiliaria na redução dos índices de evasão, mostrando-se também importante a criação de um setor que controle a evasão, tendo a percepção dos alunos com o curso, no sentido de um pós-venda, com a ideia de fidelizar e melhorar o controle que envolve os setores: financeiro, pedagógico e administrativo.

Foi possível também verificar que o quadro de recessão está apenas começando, pois, o ciclo de cada aluno é de aproximadamente quatro (04) a cinco (05) anos, duração regular de um curso de graduação, mostrando então que o impacto da falta desta política começará a ser mais perceptível nos próximos anos, pois o pico da política foi 2014 e 2015. Considera-se que este estudo foi fundamental para ilustrar que a política ainda dava fôlego às operações e que novos procedimentos deverão ser adotados para uma gestão mais dinâmica e eficaz nos próximos anos.

Portanto, o estudo cumpriu com o seu objetivo, pois aproximou os gestores para uma análise mais pontual e reflexiva da realidade, que irá ajudar nas tomadas de decisões e auxiliará a enfrentar as dificuldades no futuro, ou até mesmo melhorar os resultados em um cenário de oportunidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1998. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/Plano+Nacional+de+Educacao+pr+oposta+do+Executivo+ao+Congresso+Nacional/3f4d496d-17c6-4a89-83e4-8ebc5bcc86de?version=1.1>> Acesso em: 06 dez. 2018.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BARROS, H. H. D. **Fundo de Financiamento Estudantil**. Consultoria Legislativa da Área XV, Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/arquivos-pdf/pdf/313903.pdf>> Acesso em: 06 dez. 2018.

BARROS, M. W. O. **FIES: políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior**. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10929/1/2014_dis_mwobarros.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2018.

BOBBIO, N. A política. In: SANTILLÁN, J. F. (Org.). **Norberto Bobbio: o filósofo e a Política** (antologia). Tradução de César Bejamin e Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003. p.139-158.

_____. **Teoria geral da política**. São Paulo: Campus, 2000.

BRASILEIRO, D. S. **Políticas públicas de expansão e de financiamento da educação superior: implicações sobre as instituições de ensino superior em Campina Grande-PB**. Dissertação (Mestrado profissional em educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2017. Disponível em <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9326/2/arquivototal.pdf>>. Acesso em 06 dez. 2018.

CALDAS S. H. MP 785: o fim do Fies e do sonho da educação superior. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES, 2017. Disponível em: <<https://blog.abmes.org.br/mp-785-o-fim-do-fies-e-do-sonho-da-educacao-superior/>> Acesso em: 27 ago. 2019.

CASTRO, J. L. C. C. **A nova regulamentação do fundo de financiamento estudantil e seu impacto na gestão estratégica de crescimento das instituições de ensino superior privadas**. Dissertação (Mestrado em administração pública) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, 2017. Disponível em:

<[http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18461/DISSERTAÇÃO_FINAL_JESSYCA_AJUSTADA %281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18461/DISSERTAÇÃO_FINAL_JESSYCA_AJUSTADA_%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 06 dez. 2018.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. A educação superior no Brasil: os desafios da expansão e do financiamento os desafios da expansão e do financiamento e comparações com outros países. **Revista Educação em Questão**, v. 51, n. 37, jan/abr. 2015

CHAMBOULEYRON, I. **O desafio do ensino superior no Brasil**: mais vagas com qualidade. Ed. Unicamp, São Paulo, 2001;

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CURY, C. R. J. Quadragésimo ano do parecer CFE n. 977/65. **Revista Brasileira de Educação**. v. 30, p. 7-20, ISSN: 1413-2478, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a02n30.pdf>>. Acesso em 06 dez. 2018.

DIAS, S. A. **Gestão de Cursos de Graduação**: Desafios, Perspectivas e Inovações. Goiânia, v. 42, n. 1, p. 57-65, jan./fev., 2015.

DIAS, R. MATOS, F. Políticas públicas: Princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

DOURADO, L. F (org.) **Plano Nacional de Educação (2011-2020)**: avaliação e perspectivas. Goiânia: Ed. UFG ; Belo Horizonte : Autêntica, 2a. edição, 2011.

DUARTE, I. F. **Impactos de Financiamento Estudantil sobre Encargos Escolares**: Consequências do FIES. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC, Rio de Janeiro, RJ, 2014. Disponível em: <http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=1212329_2014_Indice.html>. Acesso em: 06 dez. 2018.

EGREGGIO, A. L. **A influência das políticas públicas nos processos de democratização do acesso e internacionalização do ensino superior brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Administração em Gestão Internacional) – Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, SP, 2016. Disponível em: <http://tede2.espm.br/bitstream/tede/195/2/Andre_Luis_Egreggio.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2018.

FARIA, C. A. P. **Implementação: ainda o 'elo perdido' da análise de políticas públicas no Brasil**. Trabalho apresentado no GT de Políticas Públicas do 35º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 2011.

FILHO, J. R. S. **Financiamento da educação superior privado-mercantil: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2016. Disponível em:

<<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/2017/Mencoes-Honrosas/Educacao-Joao-Ribeiro-dos-Santos-Filho.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

FLEURY, M. T. L.; OLIVEIRA Jr. M. M. **Gestão estratégica do conhecimento: integrando aprendizagem, conhecimento e competências.** São Paulo: Atlas, 2008.
FREIRE, P. **Educação e Mudança.** 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HADDAD, S. (Org.). **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 2008.

LIMA, K. R. S. **Contra-Reforma na Educação Superior: de FHC a Lula.** São Paulo: Xamã, 2007.

LOPES, R. G. F.; LISNIEWSKI, S. A.; JESUS, G. R. Políticas Públicas de Educação Superior à distância: um estudo preliminar das causas de evasão em curso de pedagogia a distância oferecido no âmbito do sistema Universidade Aberta do Brasil. In: **Reunião Anual da ANPED**, 35. Porto de Galinhas, PE, 2012. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/35/GT11-2385_int.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2018.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. 269 p.

MORAES, R; GALIAZZI, M. C. Análise textual discursiva: processo construído de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, São Paulo, v.12, n.1, p.117-128, 2006. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=251019514009>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

_____. **Análise Textual Discursiva.** Ijuí: Unijuí, 2011.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, São Paulo, v.9, n. 2, p.191-211, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v9n2/04.pdf>>. Acesso em 06 dez. 2018.

_____. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: SENAC, 2001.

MOURA, T. **Políticas públicas para o ensino superior brasileiro 2003-2014, uma análise do Prouni e FIES.** Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, PR, 2016. Disponível em:

<<http://tede.utp.br:8080/jspui/bitstream/tede/1580/2/POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

PEINADO, J.; GRAEML, A. R. **Administração da produção**: operações industriais e de serviços. Curitiba: UnicenP, 2007.

PERONI, Vera. Conselhos Municipais de Educação em Tempos de Redefinição do Conceito Democracia In: Souza Donaldo Bello de. **Conselhos Municipais e Controle Social da Educação**: Descentralização, Participação e Cidadania. São Paulo, 2006

PERTSCHY, G. L. Os desafios para uma gestão eficaz e competitiva no âmbito das instituições de educação superior. In: **Anais do Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração**, 17, 2006, São Luís. São Luís: ENANGRAD, 2006. CD-ROM.

PONTUSCHKA, R. **Avaliação de impacto do FIES**. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-03102016-163218/pt-br.php>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

QUEIROZ, J. C. Fundo de financiamento estudantil (FIES) - 2010 a 2015: mecanismo de financiamento da democratização do acesso e permanência na educação superior privada. *Dissertação* (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/32252>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

ROCHA, J. M; CASARTELLI, A. O. Análise do Processo de Implantação do *Balanced Scorecard* (BSC) em uma Instituição de Ensino Superior. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**. Florianópolis, v. 7, n. 3, p. 268-290, set. 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=319332709015>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

SANTOS, M. R. S. Dinâmicas de expansão e avaliação de políticas públicas em educação superior no Brasil nos anos recentes. **Anais XXIX Congresso Internacional da Associação Latino Americana de Sociologia**, Santiago – Chile, 29/09 a 04/10 de 2013.

SANTOS, P. K. Evasão na Educação Superior: uma análise a partir de publicações na ANPED E CAPES (2000 A 2012). In: III CLABES, México, 2013. *Anais...* Disponível em: <http://www.alfaquia.org/www.alfa/images/ponencias/clabesIII/LT_1/ponencia_completa_174.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2018.

SANTOS, A. V. A hegemonia do capital na rede de governança do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Tese (Doutorado em Educação) Universidade Católica de Brasília. Brasília, DF. 2017. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCB_47a6633ac6da2203d4be938b03f61578> Acesso em: 27 ago. 2019.

SANTOS FILHO, J. R. **Financiamento da educação superior privado-mercantil**: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais. 2016. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação,

Belém, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8626>> Acesso em: 27 ago. 2019.

SADER, E.; GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

SILVA, J. A. D. **O PRONATEC e Sistema S**: o mercado da qualificação profissional – um estudo a partir do município de Ampére – PR. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Francisco Beltrão, PR, 2017. Disponível em: <<http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/2978/5/JulianoADSilva2017.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

SOBRINHO, J. D. Democratização, qualidade e crise da educação Superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223- 1245, out.-dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/10.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

SOUZA, I. Quem é o jovem da Classe C e como muda a forma de consumo. **Exame.com**. São Paulo, 19 jul. 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/marketing/noticias/quem-e-o-jovem-da-classe-c-e-como-muda-a-forma-de-consumir>>. Acesso em: 06 dez. 2018..

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a Pesquisa em ciências pessoais**. São Paulo: Atlas, 1987.

TCU. **Tribunal de Contas da União**: Relatório de auditoria. 2016. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/data/files/08/43/F7/B1/51B98510784389852A2818A8/011.884-2016-9%20_FIES_.pdf> Acesso em 27 ago. 2019.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. Petrópolis: Vozes, 2003. 688 p.

VITURI, R. C. I. **Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) para o ensino superior privado**: acesso, processos e contradições. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, SP 2014. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/9808/1/Renee_Coura_Ivo_Vituri.pdf> Acesso em: 06 dez. 2018.

XAVIER, D. S. R. **Uma análise dos programas de acesso à educação superior nos governos Lula e Dilma**. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/19029/2/Daniele_dos_Santos_Ramos_Xavier.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2018.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 250 p.

APÊNDICE

Apêndice 1 – Questionário Online – Google Forms

The image displays three sequential screenshots of a Google Form titled "IMPACTO FIES - 2012 à 2018". The form is presented in a white box against a dark blue background. The first screenshot shows the title and the beginning of the question list, including "Sexo*", "Faixa etária", and "Tempo de Experiência no Ensino Superior". The second screenshot continues with "Tempo de Experiência no Ensino Superior", "Formação Acadêmica", "Possui Formação em Gestão Educacional?", and "Você conhece o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES?". The third screenshot shows the final questions: "No seu ponto de vista, você julga o FIES uma política pública importante para sua instituição? Por quê?", "No período entre 2012 à 2018, você percebeu alguma mudança no programa? Explique?", "No período de redução de vagas do FIES, quais estratégias a instituição UNIZOU para captar e manter estudantes?", and "Caso o novo governo acabe com o FIES, como você projeta os próximos anos?". A blue "Enviar" button is visible at the bottom of the form.

IMPACTO FIES - 2012 à 2018

Responda às questões abaixo e envie os dados do FIES para uma melhor análise do impacto do FIES.

Responda:

- Não sei

Sexo*

- Masculino
- Feminino

Faixa etária

- Até 20 anos
- De 21 anos a 30 anos
- De 31 anos a 40 anos
- De 41 anos a 50 anos
- Mais de 50 anos

Tempo de Experiência no Ensino Superior

- Até 5 anos
- De 5 anos a 10 anos
- De 11 anos a 20 anos
- De 21 anos a 30 anos
- Mais de 30 anos

Formação Acadêmica

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Ensino Superior
- Pós-Graduação - Especialização/MBA
- Pós-Graduação - Mestrado
- Pós-Graduação - Doutorado
- Pós-Doutorado

Possui Formação em Gestão Educacional?

- Sim
- Não

Você conhece o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES?

- Sim
- Não
- Já ouvi falar

No seu ponto de vista, você julga o FIES uma política pública importante para sua instituição? Por quê?

- Sim
- Não
- Não sei

No período entre 2012 à 2018, você percebeu alguma mudança no programa? Explique?

No período de redução de vagas do FIES, quais estratégias a instituição UNIZOU para captar e manter estudantes?

- Boas intenções
- Treinamentos Aluno
- Parcerias com Empresas Privadas
- Outros

Caso o novo governo acabe com o FIES, como você projeta os próximos anos?

Enviar

Apêndice 2 – Roteiro da Entrevista Individual

ROTEIRO ENTREVISTA INDIVIDUAL

TÓPICOS

- Qual o motivo que levou sua IES a aderir ao FIES?
- Como você avalia o FIES ao longo destes anos?
- Como oscilou a oferta de vagas e o faturamento nesses últimos 6 anos?
- Você avalia que a Instituição obteve crescimento e expansão a partir do FIES?
- A regulamentação do final de 2014 causou algum impacto positivo ou negativo na IES?
- Quais as estratégias a IES adotou neste período? Qual o modelo de gestão da IES?
- Qual o modelo de gestão da IES? Tradicional (clássico, comportamental, pragmático) ou Inovativo (sistêmico ou contingencial).
- Agora com mais uma mudança chamada de “NOVO FIES”, como você avalia esta política pública?

Apêndice 3 – Autorização Institucional



FACULDADE INTEGRADA DE SANTA MARIA
Rua José do Patrocínio, nº 26
Santa Maria - RS
Telefone: (051) 3026-9726
E-mail: direcao@fisma.com.br

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, **Ailo Valmir Saccol**, abaixo assinado, Diretor da Faculdade Integrada de Santa Maria, autorizo a realização do estudo *POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR EM TEMPO DE CRISE: ESTRATÉGIAS DE GESTÃO NAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES*, pelo estudante do Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG/UFSM) Everton Luís de Lima Guterres, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Adriana Moreira da Rocha Veiga (UFSM/CE).


O objetivo geral da pesquisa de estudo de caso é compreender o comportamento institucional em situações de crise e as estratégias desenvolvidas pela gestão diante dos cortes do FIES na captação e na permanência de estudantes em uma IES privada no interior do RS.

Os objetivos específicos são:

- ⇒ Descrever o perfil do ingressante em uma IES privada que depende das políticas públicas de financiamento para a sua permanência;
- ⇒ levantar o número de alunos ingressantes e evadidos e, conseqüente, o impacto na receita da instituição nos últimos seis (06) anos;
- ⇒ elencar as alternativas adotadas pelos alunos para a sua permanência na IES, diante da crise do FIES;
- ⇒ identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos gestores da IES e as estratégias utilizadas para captação e permanência dos estudantes nos períodos de redução do financiamento proposto pelas políticas públicas;
- ⇒ propor bases conceituais e estratégias para uma gestão empreendedora na otimização dos processos e dos resultados em tempos de crise e de restrição geradas pela redução dos aportes das políticas públicas de programas de financiamento da Educação Superior;
- ⇒ Desenhar um Programa de captação, controle de evasão e permanência, na direção de uma "pós-venda", acolhendo e orientando o estudante frente às possibilidades de financiamento ou bolsas de estudo, aportadas pelas políticas públicas de financiamento da Educação Superior.

Esta instituição está ciente dos objetivos, procedimentos e que cada integrante tem garantido a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão. Bem como, a garantia de anonimato de sua pessoa.

Santa Maria, 04 de dezembro de 2018.



AILO VALMIR SACCOL
Diretor da Faculdade Integrada de Santa Maria – FISMA



Apêndice 4 – Termo de Confidencialidade

**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

Título do projeto: *POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR EM TEMPO DE CRISE: ESTRATÉGIAS DE GESTÃO NAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES*

Autor/Pesquisador: Everton Luis de Lima Guterres

Pesquisador responsável: Prof.ª Dra. Adriana Moreira da Rocha Veiga.

Instituição/Departamento: UFSM/Departamento de Fundamentos da Educação.

Telefone para contato: (55) 3220 9685

Endereço eletrônico: adrianaufsm@gmail.com

Local da coleta de dados: Faculdade Integrada de Santa Maria - FISMA.

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos sujeitos cujos dados serão coletados por meio de entrevista individual com gravações (entrevistas narrativas). Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas **única e exclusivamente** para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas em sigilo pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional situado no Prédio 16 (Centro de Educação/UFSM), por um período de cinco anos, sob a responsabilidade da Professora pesquisadora Adriana Moreira da Rocha Veiga. Após este período, os dados serão destruídos. Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM em/...../....., com o número do CAAE

Santa Maria, 11 de dezembro de 2018.

Prof.ª Dra. Adriana Moreira da Rocha Veiga

Pesquisadora responsável

Apêndice 5 – Termo de Consentimento e Livre Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo:

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR EM TEMPO DE CRISE: ESTRATÉGIAS DE GESTÃO NAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES.

Orientadora da Pesquisa: Prof.^a Dr.^a Adriana Moreira da Rocha Veiga
Instituição/Departamento: UFSM/CE/PPPG

Autor da Pesquisa: Everton Luis de Lima Guterres – PPGE/UFSM Matrícula: 201770053

Eu, **Everton Luis de Lima Guterres**, responsável pela pesquisa *POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR EM TEMPO DE CRISE: ESTRATÉGIAS DE GESTÃO NAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES*, o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo.

Esta pesquisa pretende compreender o comportamento institucional em situações de crise e as estratégias desenvolvidas pela gestão diante dos cortes do FIES na captação e na permanência de estudantes em uma IES privada no interior do RS.

Acreditamos que ela seja importante pois compartilhar estratégias empreendedoras no enfrentamento do novo cenário econômico da educação superior privada poderá fornecer subsídios aos gestores, a partir do mapeamento, ano a ano, do impacto real no acesso e na permanência estudantil e da reflexão de estratégias de enfrentamento frente ao cenário econômico atual. Os dados do Censo da Educação Superior de 2016 mostram que mais de 87% das Instituições de Ensino Superior Brasileiras são privadas, realidade esta que exige uma análise cuidadosa, pois demanda um significativo número de estudantes e segundo dados do governo, em 2016, foi registrado 8.048.731 matrículas e, deste total, 6.058.923 são em instituições privadas, representando mais de 75% do número total, matrículas estas que movimentam a economia, gerando empregabilidade, tanto em vagas administrativas, quanto docentes.

Para sua realização do estudo de caso, será feito o seguinte: 1) – Estudo exploratório com documentos e indicadores governamentais e Institucionais 2) Entrevistas, por meio de questionário online e também entrevista individual com os diretores envolvidos nesse processo. Após o levantamento destes dados o conjunto de informações serão analisadas a partir da análise textual discursiva e também de gráficos expositivos pelo ferramenta google forms, **garantindo o anonimato da sua pessoa.**

É possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos: necessidade dedicar

uma parcela de seu tempo para responder o questionário, e, no caso da entrevista, o fato de rememorar histórias de vida, poderá suscitar diferentes emoções de acordo com o significado de seu conteúdo para cada sujeito. Contudo, os benefícios são mais relevantes, pois podem trazer contribuições para o desenvolvimento profissional de atuais e futuros gestores educacionais.

O pesquisador do presente estudo se compromete a preservar a privacidade dos sujeitos participantes cujas informações serão reunidas por meio de questionários e entrevistas narrativas. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas em sigilo pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional - PPPG, situado no Prédio 16 (Centro de Educação/UFSM), por um período de cinco anos, sob a responsabilidade da Professora pesquisadora Adriana Moreira da Rocha Veiga.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Conselho de Ética em Pesquisa.


Você tem garantido a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. Fica, também, garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Para os esclarecimentos necessários, disponibilizo os seguintes e-mails: everton.guterres@hotmail.com e adrianaufsm@gmail.com bem como os telefones (55)99632-7975 e (55)3220 9685, pelos quais você tem acesso ao pesquisador e a orientadora da pesquisa. A residência do autor da pesquisa encontra-se na Rua João Batista da Cruz Jobim, 7 Apto 425, Bairro Medianeira, Santa Maria - RS, CEP 97060-330.

Da mesma forma o Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM encontra-se sediado à Avenida Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria - 2º andar - Cidade Universitária - Bairro Camobi - 97105-900 - Santa Maria - RS. Pode ser contatado pelo telefone (55) 3220 9362, Fax (55) 3220 8009 e pelo e-mail comiteeticapesquisa@mail.ufsm.br.

Santa Maria, 11 de dezembro de 2018.


 Prof.ª Dr.ª Adriana Moreira da Rocha Veiga
 Orientadora da Pesquisa


 Everton Luis de Lima Guterres
 Autor da Pesquisa

Nome do/a participante: _____

Assinatura do/a participante: _____